

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

TIAGO MATEUS DE AZEVEDO
PACTO DE CLASSES DO PLANO REAL.

Florianópolis, 2014

TIAGO MATEUS DE AZEVEDO

PACTO DE CLASSES DO PLANO REAL.

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a aquisição do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

FLORIANÓPOLIS, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Tiago Mateus de Azevedo na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Nildo Domingos Ouriques

Prof. Daniel da Cunda Corrêa da Silva

Prof. José Antonio Martins

AGRADECIMENTOS

Essa monografia representa uma importante parte dos aprendizados que tive durante os diversos anos na Universidade Federal de Santa Catarina. Tais aprendizados, em sua grande maioria, passaram longe da sala de aula do curso de Ciências Econômicas. Por isso neste espaço de agradecimentos dedico aqueles que tiveram grande responsabilidade nisso. Em primeiro lugar aos meus pais, seu Baka e dona Marisa, e irmãos, Zeva e Balão. Se não fosse por eles possivelmente teria entrado em uma faculdade apenas atrás de um diploma.

Mas dentro da UFSC os agradecimentos cabem a muitas pessoas, das quais com certeza algumas esquecerei, que tiveram responsabilidade em incentivar e construir uma resistência crítica, não academicista, na busca de transformação da nossa realidade. Assim agradeço a todos e todas que se dedicaram e se dedicam na construção do CALE durante esses anos: Vitor “Capivari”, Elder, Diógenes, Luis Felipe, Arland, Pietro, Bozo, Tamara, Tomás, Samuca, entre tantos outros. Aqueles que me acompanharam na construção do Coletivo 21 de Junho e/ou em alguma das três gestões do DCE que participei: Luana, Jonathan, Furia, Tiago, Iohanna, Tito, Renato, Viet, Helio, Portela, Carol, Dani, Luiza, Marino, João Gabriel, Gabe, Patric, Belinha e muitas outras pessoas que participaram dessas experiências incríveis de construir um movimento estudantil realmente transformador. Agradecer aos diversos companheiros da Insurgência e do MPL que dão um horizonte de construção política, na busca de uma sociedade sem opressões, explorações e sem catracas. E especialmente agradecer a Midiã, que além de participar de importantes momentos disso tudo, teve grande responsabilidade desse trabalho estar finalmente finalizado.

*“Duas coisas bem distintas
Uma é o preço, outra é o valor
Quem não entende a diferença
Pouco saberá do amor
Da vida, da dor, da glória
E tampouco dessa história....”*
El Efecto

RESUMO

Trata-se esse estudo de uma tentativa de compreender como se estrutura a atual configuração econômica e política da sociedade brasileira. Essa configuração se estabelece a partir de um pacto de classes que ficou conhecido como Plano Real. Envolvendo a burguesia nacional, aprofundando sua submissão ao capital internacional, em especial o capital financeiro, mas incluindo também parte da classe trabalhadora, esse pacto foi capaz de impedir um acirramento da luta de classes dentro do capitalismo brasileiro, garantindo o lucro das classes capitalista e o aprofundamento da superexploração da força de trabalho. Essa é a verdadeira essência do Plano Real, longe de ser apenas um plano de estabilização e controle da inflação. É isso que tentamos demonstrar com esse trabalho: a construção de um pacto de classes, que tem sua origem na própria estrutura do capitalismo dependente brasileiro, que se inicia no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas continua nos governos petistas e se expressa na atual política econômica do governo Dilma.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	8
1.2. OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
2. A QUESTÃO DO MÉTODO A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA E LATINOAMERICANA.....	12
2.1. A CATEGORIA DE TOTALIDADE CONCRETA.....	12
2.1. A DEPENDÊNCIA LATINOAMERICANA E BRASILEIRA.....	19
3. GOVERNO FHC: A CONSTITUIÇÃO DE UM PACTO DE CLASSES.....	26
3.1. FORMULAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PLANO REAL.....	26
3.2. INFLAÇÃO E O INTERESSE DE CLASSE.....	29
3.3. A INCORPORAÇÃO DOS EXPLORADOS NO PACTO.....	33
3.4. MAIS DO QUE UMA POLÍTICA ANTI-INFLACIONÁRIA.....	37
3.4.1. A balança de pagamentos: a dependência do investimento estrangeiro direto.....	37
3.4.2. A ampliação da superexploração do trabalho.....	41
3.4.3. O ajuste fiscal e as privatizações.....	44
4. TRANSIÇÃO PARA A CONTINUIDADE: DE FHC À LULA.....	49
4.1. AS DIVERSAS FASES DO GOVERNO FHC.....	50
4.1.1. A implementação do Plano Real e suas oscilações constantes.....	50
4.1.2. Ameaça de crise cambial e a incorporação da classe exportadora.....	53
4.2. LULA, UMA SAÍDA MELHOR PARA A BURGUESIA.....	55
4.2.1. A mudança no programa econômico do PT.....	57
5. O PT NO PODER E A CONSOLIDAÇÃO DO PACTO.....	59
5.1. A CONJUNTURA INTERNACIONAL FAVORÁVEL.....	59
5.2. O PLANO REAL NOS GOVERNOS PETISTAS.....	63
5.2.1. A histeria moderada da burguesia industrial	65
5.3. MELHORIA NA RENDA E COOPTAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....	68
5.4. O CENÁRIO ATUAL: POSSIBILIDADE DE CRISE ECONÔMICA E DO PACTO DE CLASSES	73
6. CONCLUSÕES.....	77

7. REFERÊNCIAS.....	79
----------------------------	-----------

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

As últimas duas décadas limitaram a função dos economistas brasileiros à análise do desenvolvimento da economia e na formulação da política econômica do país dentro dos limites estabelecidos no Plano Real. O plano parece ter gerado um conformismo dentre a imensa maioria dos economistas de que só se faz política econômica se baseando no tripé: câmbio, inflação e juros. Mesmo o PT (Partido dos Trabalhadores), principal partido contrário ao plano na sua implantação na década de 90, quando assumiu o governo manteve o compromisso com a manutenção da mesma política econômica, como expresso na Carta ao povo brasileiro, assinada por Lula em 2002. Nela, mais do que falar ao povo, o PT assume o compromisso com as classes dominantes de manter o pacto de classe estabelecido e dentro dele superar a crise econômica vigente:

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. (...) é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena. (...) Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação. (...) Vamos preservar o superavit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos (LULA, 2002)

Parece claro que o regime de metas de inflação se consolidou como o grande referencial dos últimos governos brasileiros. O questionamento que será feito aqui, não é em torno dos males que a inflação traz em especial para as classes exploradas, mas de combate à ideologia dominante que estabeleceu uma única receita de política econômica possível no Brasil.

O tema da inflação ganhou centralidade no período pré-plano Real, onde diversos planos sucederam na tentativa de combater a hiperinflação. Porém as análises sobre esse problema nem sempre foram as defendidas no Plano Real. “Durante muito tempo, no Brasil e em grande parte da América Latina, a maioria dos economistas identificava na dívida externa

a origem da inflação. (OURIQUES, 1997a, p. 98)”. Bresser Pereira foi um dos economistas que defendeu essa análise, mas após não conseguir implementar uma política nesse sentido durante o governo Sarney, e deixar o governo, constatou:

Uma maneira básica para solucionar o desequilíbrio financeiro estrutural do setor público é conseguir uma redução da dívida externa, mas outra forma necessária é prosseguir com o processo de ajustamento, combater severamente o déficit público, exigir sacrifícios reais dos trabalhadores e empresas (BRESSER, 1995 apud OURIQUES, 1997a, p. 99)

Essa segunda opção parece ter sido a adotada pelo governo brasileiro a partir de 1993, ainda que não faça parte dos discursos eleitorais. Não nos parece, portanto, que a política econômica adotada tenha sido a única alternativa ao governo brasileiro que de forma técnica a constatou e aplicou. Trata-se, na verdade, de:

.... de uma estratégia colonizadora em curso em toda a América Latina, cujo objetivo último é aumentar a competitividade da economia brasileira, aprofundando duas de suas características fundamentais: a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor da periferia ao centro do sistema mundial (OURIQUES, 1997a, p. 94).

Tal estratégia implantada pelas classes dominantes e da qual o capital financeiro parece ser o principal beneficiado se estabeleceu a partir de um pacto entre as classes e frações de classe que atuam na economia brasileira. Esse pacto é muitas vezes resumido entre os setores mais críticos como a simples implantação do projeto neoliberal, das economias centrais, no Brasil e na América Latina. Sem negar a intervenção por meios reais do imperialismo nas economias dependentes, aqui cabe citar Ruy Mauro Marini:

Parece-nos que nenhuma explicação de um fenômeno político pode ser boa se o reduzir a apenas um de seus elementos, e é decididamente ruim se tomar como chave justamente um fator condicionante externo. Em um mundo caracterizado pela interdependência e, mais do que isso, pela integração ninguém negaria a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, principalmente quando se trata de uma economia das denominadas *centrais, dominantes* ou *metropolitanas* e de um país periférico,

subdesenvolvido. Mas em que medida se exerce esta influência? Qual é sua força diante dos fatores internos específicos da sociedade sobre a qual atua? (MARINI, 2012, p.73)

Da mesma forma que Marini em *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil* demonstra o estabelecimento do pacto de classes que levou ao golpe militar, queremos aqui entender e explicar como se estabelece, dentro das relações de classe e suas frações, o Plano Real e como as frações de classe se beneficiam ou são prejudicadas por ele, além de apresentar como se dá a hegemonia do capital financeiro, a influência da burguesia internacional no processo e também como se reconfigura o subimperialismo a partir desse novo pacto.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os interesses que levaram a consolidação do pacto de classes do Plano Real, demonstrando quais são as principais frações de classe que se beneficiam dele e como se sustenta.

1.2.2 Objetivos Específicos

- i. Demonstrar como o Plano Real faz parte da manutenção e aprofundamento da dependência brasileira
- ii. Identificar como a classe trabalhadora se inseriu no pacto e o papel dos fundos de pensão no estabelecimento deste

- iii. Demonstrar a manutenção do pacto de classe do Plano Real nos governos petistas apontando as alterações;
- iv. Identificar por quais mecanismos se amplia superexploração da força de trabalho;
- v. Analisar a atual configuração do pacto e a estrutura econômica que o sustenta, apontando a possibilidade de sua manutenção ou rompimento

1.3 JUSTIFICATIVA

Os motivos que justificam o estudo desse tema são diversos, mas dois podem ser destacados. No campo da ciência econômica mesmo as obras críticas, que pretendem partir da teoria marxista, na grande maioria das vezes se limitam a análises economicistas, sem evidenciar os interesses de classe que determinam os rumos da economia brasileira. Para isso é necessário resgatar a literatura crítica sobre a economia brasileira, que foi exilada pela ditadura militar e por seus porta-vozes dentro academia.

Em segundo lugar o pacto estabelecido no Plano Real determina a estrutura de poder do país até hoje. Foi a partir da implementação desse plano que se delineou a política econômica adotada nos últimos 20 anos. Mesmo a mudança dos partidos no governo no início da década passada, não resultou em qualquer mudança na política econômica. Esta manutenção ocorreu pelo fato dos governos, tanto o de FHC quanto o de Lula e Dilma, representarem as classes dominantes que se beneficiam dessa política econômica. Portanto é da necessidade de entender como se estrutura e se configura o pacto que estabelece esse plano, como as classes dominantes se beneficiam dele e como ele perdura por tanto tempo sem uma alternativa efetivamente posta a ele, que se justifica esse trabalho.

2. A QUESTÃO DO MÉTODO A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA E LATINOAMERICANA

A busca pela compreensão e a necessidade de explicação dos fenômenos ou dos processos que se desenvolvem, seja na sociedade ou na natureza, compreendem a tarefa dada a ciência e aos homens que a produzem. Para isso tais cientistas se utilizam de todo o acúmulo prévio que o conhecimento humano desenvolveu ao longo da história. Esse conhecimento possibilitam uma série de constatações, teorias, instrumentos e ferramentas que possibilitam os homens avançarem em suas pesquisas científicas e no avanço da própria ciência, porém sua aplicação deve ser feita diante de um método que os permitam compreender e explicar seu objeto de estudo.

Com isso, é essencial para este trabalho, e para qualquer estudo científico, elucidar o método pelo qual se considera possível a pesquisa e explicação da realidade estudada. Tal método científico deve estabelecer íntima relação com a realidade, capaz de desvendá-la em sua essência. Mas é preciso também se definir qual a concepção de realidade nos referimos, assim respondendo a pergunta: o que é a realidade? Vejamos a resposta à questão apresentada por Kosik: “Na filosofia materialista a categoria da totalidade concreta é sobretudo e em primeiro lugar a resposta à pergunta: que é realidade? E só em segundo lugar, e em consequência da solução materialista à primeira questão, ela é pode ser o princípio epistemológico e uma exigência metodológica. (KOSIK, 1976, p. 34)”.

Portanto, para o método que queremos seguir, é preciso apresentar o que é a categoria de totalidade concreta apresentada por Kosik como resposta a pergunta “o que é a realidade?” para que seja uma exigência metodológica.

2.1. A CATEGORIA DE TOTALIDADE CONCRETA

A categoria abordada aqui surge como pressuposto básico para esta pesquisa quando nos propomos a fazer uma análise real da história e do desenvolvimento da economia brasileira recente a partir da evolução da luta de classes no país, em contraposição a apresentação de fatos e dados isolados, utilizado pela maioria dos economistas.

A posição da totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a casualidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade (KOSIK, 1976, p. 33).

Porém não se pode se perder em concepções erradas sobre a totalidade. Não se trata de uma categoria que leva a um método onde é preciso analisar todos os fatos ou em “que tudo está em conexão com tudo”. Ao mesmo a totalidade não significa “que o todo é mais que as partes” (KOSIK, 1976, p. 34).

Kosik ainda afirma:

A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade, quer se trate da física ou da ciência literária, da biologia ou da política econômica, de problemas teóricos da matemática ou de questões práticas relativas à organização da vida humana e da situação social (KOSIK, 1976, p. 36).

A totalidade, portanto, não se caracteriza pela soma de uma infinidade de fatos e partes que se encontram na aparência da realidade. Tal processo, além de impossível de ser aplicado tendo em vista que sempre haverá novos fatos a serem acrescentados à análise, não passaria de uma análise sobre a aparência que se expressa nos fenômenos. Sendo assim, “totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” (KOSIK, 1976, p. 35).

Ao mesmo tempo, como já afirmado, a totalidade não é algo acima dos fenômenos. Colocar o todo em uma posição de privilégio em relação as partes é um caminho que nos leva a uma falsa totalidade:

Se o processo do inteiro em relação aos fatos representa uma realidade verdadeira e superior, então a realidade pode existir também independentemente dos fatos, sobretudo daqueles que a contradigam. Nesta fórmula, que hipostasia e torna independente o todo diante dos fatos, se apresenta uma justificação teórica do subjetivismo que despreza e força os fatos em nome de uma “realidade superior”. A facticidade dos fatos não equivale à sua realidade, mas à sua fixada superficialidade, unilateralidade, imobilidade. A realidade dos fatos se opõe à facticidade dos fatos não porque seja uma realidade de outra ordem e, portanto, neste sentido, uma realidade independente dos fatos, mas porque é a relação interior, a dinâmica e o contraste dos fatos. O predomínio do processo do todo sobre os fatos, a atribuição, às tendências, de uma realidade superior, a realidade dos fatos, e com isso a transformação da tendência – de tendência dos fatos em tendência independente dos fatos – exprime o predomínio do todo hipostasiado sobre as partes e, portanto, o da falsa totalidade sobre a totalidade concreta. Se o processo do todo possui uma realidade superior aos fatos e já não constitui a realidade e regularidade de cada um dos fatos, ele se torna qualquer coisa independente dos fatos e, por conseguinte, leva uma existência de ordem diversa daquela dos fatos. O todo é separado das partes e existe independentemente delas (KOSIK, 1976, p. 47).

A totalidade concreta considera os fenômenos como um momento do todo. A compreensão real do fenômeno, para além de sua aparência, só pode ser feita se compreendemos determinado fenômeno como uma expressão do todo e como produtor dessa realidade entendida como totalidade. Sobre isso Kosik ainda afirma:

Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais (KOSIK, 1976, p. 40).

E complementa:

O método científico é o meio graças ao qual se pode decifrar os fatos. Como é que os fatos não são transparentes, constituindo, ao contrário, um problema cujo sentido tem de ser primeiro revelado pela ciência? O fato é a cifra da realidade. A não transparência do fato para a ciência ingênua consiste na duplicidade do papel por ele desempenhado, duplicidade a que já nos referimos. Ver um único aspecto dos fatos, a sua imediaticidade ou a sua mediaticidade, a sua determinabilidade ou então apenas o seu caráter determinante, equivale a cifrar a cifra, isto é, a não compreender o fato como cifra. Durante a sua vida um político pode se apresentar aos olhos dos seus contemporâneos como um grande político. Depois da sua morte fica demonstrado que ele era apenas u político medíocre, e que a sua pretensa grandeza era “uma ilusão do tempo”. Qual era o fato histórico? A ilusão que deu a aparência de grandeza e “criou” a história, ou a verdade que só se manifestou mais tarde e que no momento decisivo não existiu como ação e realidade? O historiador deve examinar a ação tal como ela efetivamente ocorreu. Mas que significa isso? A história real é a história da consciência humana, história de como os homens tomaram consciência da contemporaneidade e das ações que ocorreram, ou é história de como as ações efetivamente ocorreram e de como deveriam ter-se refletido na consciência humana? Surge aqui um duplo perigo: descrever os fatos históricos tal como deveriam ter ocorrido e, portanto, racionalizar e tornar lógico a história, ou então narrar acriticamente os acontecimentos sem avaliá-los, o que, porém, equivale a desprezar o caráter fundamental do trabalho científico que consiste em distinguir o essencial do acessório, assim como o sentido objetivo dos fatos. A existência mesma da ciência depende da possibilidade de fazer semelhante distinção. Sem ela não haveria ciência (KOSIK, 1976, p. 46).

Quando se busca construir uma análise sobre a realidade, entendida como a totalidade concreta, é preciso que se rompa com qualquer perspectiva de análise que ignore os fatos e fenômenos históricos. Se estes forem ignorados corremos o risco de criar uma teoria sobre a realidade que foge de qualquer possibilidade de ser submetida a uma investigação profunda. Tal teoria fechasse em si, sem relação alguma com a materialidade histórica. Ao mesmo tempo, os fenômenos não podem ser analisados em sua aparência. É preciso compreender o fenômeno como manifestação da essência. Ao se indagar e descrever como se dá essa manifestação no fenômeno que é possível não só compreender a realidade oculta por detrás da aparência como também o próprio fenômeno.

Esse processo nos permite romper com a “pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno (KOSIK, 1976, p. 52)”, revelando a estrutura da coisa e a coisa em si.

O conceito da coisa é compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura. A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa. (KOSIK, 1976, p.14)

Dessa maneira, ao se fazer uma investigação é necessário a consciência de que para além da aparência dos fenômenos existe uma estrutura da coisa a ser revelada e compreendida.

Outros dois momentos na compreensão da totalidade concreta como concepção dialético materialista do conhecimento do real, além da destruição da pseudoconcreticidade, são necessários:

....em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetiva e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social (KOSIK, 1976, p. 52).

Ao compreender a estrutura da coisa como a chave para compreender a totalidade concreta e, portanto, a realidade, é no entendimento da estrutura econômica e não puramente nos fatores econômicos que iremos compreender a realidade econômica e social.

A distinção entre a estrutura econômica (que é um dos conceitos fundamentais do materialismo marxista) e o fator econômico (conceito que aparece frequentemente nas teorias sociológicas vulgares) nos dá a chave para compreender o significado central da economia política no sistema das ciências sociais e o primado da economia na vida social. A questão principal, de grande importância para a compreensão do marxismo no seu conjunto e dos seus problemas isolados, pode ser colocada nos seguintes termos: seria possível a uma economia política pré-marxista tornar-se a base de uma concepção científica, isto é, materialista, da História? Compreender o significado da economia como estrutura econômica da sociedade e ao mesmo tempo como ciência de tais relações significa elucidar o caráter da economia: a economia não é o fator do desenvolvimento social e a ciência da economia não é, portanto, a ciência deste fator. A objeção apresentada pela crítica, de que a teoria materialista da História só seria válida para a época

capitalista – porque nesta é o interesse material que predomina e a economia conquista a autonomia, enquanto ao contrário na Idade Média predominava o catolicismo e na Antiguidade, a política – equivale a uma evidente incompreensão da teoria de Marx. A predominância da política na Antiguidade, do catolicismo na Idade Média e da economia e dos interesses materiais na época moderna é explicável exatamente com base na teoria materialista, através da exegese da estrutura econômica de cada uma das sociedades citadas (KOSIK, 1976, p. 101).

Ainda sobre essa distinção o autor afirma:

A distinção entre estrutura econômica (marxismo) e fator econômico (sociologismo) fornece o pressuposto para que o primado da economia na vida social possa ser demonstrado e cientificamente comprovado. A teoria dos fatores assevera que um fator privilegiado, a economia, determina todos os outros – como o estado, o direito, a arte, a política, a moral – mas deixa de lado o problema de como surge e se configura o complexo social, isto é, a sociedade como formação econômica; e pressupõe a existência de tal formação como fato já dado, como forma exterior, ou como campo onde um fator privilegiado determina todos os outros. A teoria materialista, ao contrário, parte do conceito de que o complexo social (a formação econômico-social) é formado e constituído pela estrutura econômica. A estrutura econômica forma a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social (KOSIK, 1976, p. 104).

A investigação que busca a compreensão da estrutura econômica rompe com a noção de economia entendida apenas como a produção dos bens materiais. A economia é entendida como a produção e reprodução do homem como ser social e as relações sociais que se estabelecem na produção material.

Tal estrutura econômica não é algo estático e imutável. Ela se constitui e se transforma ao longo da história. Portanto, a estrutura econômica e a totalidade concreta não são inertes e estáveis. A análise histórica na concepção marxista se apresenta como algo central para a compreensão da realidade, pois é nas relações dos homens entre si que essas relações se transformam, modificando também a estrutura econômica e revolucionando-a a partir das contradições impostas por essa estrutura. Dessa forma, a própria totalidade concreta existente e criada pela história humana, cria as condições para destruir e recriar-se em totalidade concreta.

Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real da produção, partindo, para tanto, da produção material da vida imediata, e do ato de conceber a forma de intercâmbio correspondente a este modo de produção e engendrada por ele, quer dizer, a sociedade civil em suas diferentes fases, como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação como Estado e explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência, a religião, a filosofia, a moral etc., assim como estudando, a partir dessas premissas, seu processo de nascimento, coisa que, naturalmente, permitirá expor as coisas em sua totalidade (e também, por isso mesmo, a interdependência entre esses diversos aspectos). Esta concepção, diferentemente da idealista, não busca uma categoria em cada período, mas se mantém sempre sobre o *terreno* histórico real; não explica a prática partindo da ideia, mas explica as formações ideológicas sobre a base da prática material, através do que chega, conseqüentemente, também ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser destruídos por obra da crítica espiritual, mediante a redução à “autoconsciência” ou à transformação em “fantasmas”, “espectros”, “visões” etc., mas tão somente podem ser dissolvidas com a derrocada prática das relações sociais, das quais emanam essas quimeras idealistas – de que a força propulsora da história, inclusive a da religião, da filosofia e a de toda a teoria, não é a crítica, mas sim a revolução.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 62).

Constatasse assim mais duas questões importantes para a compreensão da realidade: a primeira é que sua formação é resultado do processo histórico; a segunda é que tal processo histórico não é algo determinado por si, mas sim que a história e tudo que existe nela é feito pelos homens.

Se a primeira premissa fundamental da história é que ela é criada pelo homem, a segunda premissa igualmente fundamental é a necessidade de que nesta criação exista uma continuidade. A história só é possível quando o homem não começa sempre de novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes. Se a humanidade começasse sempre do princípio e se toda ação fosse destituída de pressupostos, a humanidade não avançaria um passo e a sua existência se escoaria no círculo da periódica repetição de um início absoluto e de um fim absoluto (KOSIK, 1976, p. 218).

É na práxis humana e nas relações entre os homens, que estes constroem e reconstroem a realidade e a história. Não uma história ou realidade do homem, mas que de sua relação com a natureza e como parte dela possibilita a criação de uma realidade humano-social. É nessa interação que o homem constrói a história e se define dentro dela.

2.1. A DEPENDÊNCIA LATINOAMERICANA E BRASILEIRA

Antes de analisarmos o tema específico deste trabalho, o Plano Real, é necessário entender a característica estrutural da economia brasileira e latino-americana dentro da divisão internacional do trabalho: a dependência.

Para Ruy Mauro Marini a dependência é:

“entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2005, p. 141)”.

Assim a dependência da América Latina só surge em uma relação dentro do capitalismo mundial que se estabelece concretamente com a divisão internacional do trabalho a partir do surgimento da grande indústria.

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. (MARINI, 2005, p. 143)

Posteriormente agregou-se a função da América Latina de produtor de alimentos, o fornecimento de matérias-primas industriais para o desenvolvimento da indústria nos países imperialistas. Assim o papel da América Latino no processo de industrialização nos países

centrais foi essencial para que a ampliação da exploração da mão de obra deixassem de se dar primordialmente pela criação de mais-valia absoluta desenvolvendo a criação de mais-valia relativa.

A criação de mais-valia relativa se dá pela “mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho (MARX, 1996, p.432)”, ou seja, da relação entre mais-valia e o valor de reprodução da força de trabalho. Assim a América Latina cumpriu o papel de reduzir o valor dos bens para a reprodução da mão de obra e permitir que uma maior parcela do valor produzido fique nas mãos do capitalista.

Ao consolidar esses mecanismos e impulsionar o desenvolvimento industrial nos países ditos centrais, se estabelece dentro da divisão internacional do trabalho o que os teóricos da teoria da dependência chamam de intercâmbio desigual. Este se caracteriza por mecanismos de transferência de valor entre nações, em especial dos países dependentes para os países imperialistas. Marini vai dividir esses mecanismos de transferência em dois casos.

No primeiro

.... por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário... É natural que o fenômeno se apresente sobretudo em nível da concorrência entre nações industriais, e menos entre as que produzem bens primários, já que é entre as primeiras que as leis capitalistas da troca são exercidas de maneira plena; isso não quer dizer que não se verifiquem também entre estas últimas, principalmente quando se desenvolvem ali as relações capitalistas de produção.

No segundo caso – transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de

que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada (MARINI, 2005, p. 152).

Com a existência desses mecanismos, a saída utilizada pela burguesia dos países dependentes para compensar a transferência de valor é o aumento da massa de valor produzida. Essa é a única forma existente em especial para o capital que vive da extração de produtos da terra, já que estes não possuem diferenças que possibilitem uma melhor concorrência no mercado. Esse aumento da massa valor produzida se dá “necessariamente através de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos (MARINI, 2005, p. 153)”.

Assim, a saída do capitalista nas nações dependentes se dá pelo que Marini define como superexploração do trabalho. Essa pode se dar através de três formas (MARINI, 2005, p.154):

- Do aumento da intensidade do trabalho como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva;
- Da prolongação da jornada de trabalho, ou seja, o aumento da mais valia absoluta na sua forma clássica;
- A redução do consumo do operário mais além do seu limite normal.

A utilização da superexploração do trabalho como forma de compensar a transferência de valor pelo intercâmbio desigual é, portanto, estrutural na economia brasileira e latino-americana. Neste sentido a possibilidade de se conquistar um desenvolvimento econômico que viabilize um quadro social semelhante aos europeus, como é sonhado por muitas mentes colonizadas latino-americanas, é impossível, assim como, dentro do modo de produção capitalista, uma melhoria real e permanente nas condições de vida das classes exploradas.

Así, los intereses que la dependencia con respecto a la metrópoli crea para la burguesía latinoamericana determinan que el sector de ésta que había

auspiciado un nacionalismo burgués en otra época, ahora abandona su alianza populista con los obreros sindicalizados, impone una política salarial antipopular que redistribuye el ingreso nacional regresivamente, y en cambio vuelve a forjar una alianza para el progreso del imperialismo y – como socio menor de éste – de sí mismo, y con esta alianza profundiza aún más la dependencia, el desarrollo dependiente y el subdesarrollo. La misma burguesía ataja los conocidos “consejos” del Fondo Monetario Internacional e impone una política monetaria y de cambios tanto antinacional como antipopular, que también aumenta la dependencia. La burguesía “latino-americana” auspicia una integración económica “latino-americana” de las industrias como las de aparatos eléctricos, línea blanca y de productos químicos, etc., que son precisamente la más controladas por el imperialismo. Y donde los gobiernos civiles carecen del poder político para imponer semejantes políticas del subdesarrollo a sus pueblos, la burguesía – como lo hizo en Brasil y Argentina – recurre a la fuerza militar (que de por sí ya tiene su propia dependencia con respecto al imperialismo) para implementar la política del subdesarrollo. Ahora, la neodependencia económica crea una estructura de clases y genera una neopolítica del lumpendesarrollo que no sólo implica que la burguesía entera no puede propiciar una política del desarrollo porque sus intereses creados lo impiden, sino que la resultante política lumpenburquesa del subdesarrollo promete profundizar cada vez más las contradicciones económicas, sociales y políticas – en fin, el lumpendesarrollo - en Latinoamérica (FRANK, 1978, p.145).

Ainda é necessário outro mecanismo que cria e impulsiona a superexploração do trabalho nas economias dependentes: a impossibilidade de ampliar o mercado consumidor interno.

Nas economias industriais o trabalho assume o duplo caráter de produtor e consumidor. A contraposição existente entre o privilégio o consumo do capital sobre o consumo individual do trabalho, na busca pelo aumento da produtividade do trabalho no consumo de meios de produção em conflito com a reprodução da própria força de trabalho, se dá exclusivamente no momento da produção. Na fase da realização, tanto o consumo individual do trabalhador como a reprodução do capital cumprem o papel de restabelecer a forma dinheiro, necessária para restabelecer um novo ciclo de produção.

Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-

lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (MARINI, 2005, p. 164).

E dessa maneira que o papel de economia exportadora, pelo qual se formou a economia da América Latina, possibilitou as bases para a superexploração do trabalho, algo potencializado pela ampla massa trabalhadora disponível de origem indígena ou de grandes fluxos migratórios europeus em especial até o início do século XX. Ao mesmo tempo essa base de formação impõe a necessidade e a reprodução de ínfimo mercado consumidor interno, ao produzir bens que não se realizam internamente e necessitam de uma superexploração para compensar as transferências de valor.

Esta situação leva também a um processo de industrialização diferenciado em relação aos países centrais. Enquanto nas economias clássicas o processo de industrialização corresponde ao aumento da produtividade dos produtos de consumo popular (esfera baixa de consumo) e com isso permite a ampliação de produtos supérfluos (esfera alta de consumo), na industrialização latino-americana, a demanda por parte dos trabalhadores dos produtos industrializados não desempenha papel significativo, a indústria se concentrando assim na produção bens para a esfera alta do consumo. Nas primeiras, o aumento da produtividade influi diretamente na taxa de mais-valia ao se tratar da produção de produtos, antes supérfluos, que são incorporados pela demanda de consumo dos trabalhadores. É esse aumento da taxa de mais-valia que possibilita a produção e o consumo de novos produtos supérfluos na esfera alta da circulação, que por sua vez tem seu limite nessa esfera e são popularizados, sendo incorporados a demandas de consumo dos trabalhadores. Por sua vez a industrialização dos países dependentes se dá para atender a esfera alta quando fatores internacionais impossibilitavam a importação desses produtos dos países centrais. Assim a indústria débil formada na América Latina atende a uma demanda das classes altas apenas na impossibilidade de ser atendida pela indústria dos países centrais, sendo assim uma demanda superior a própria oferta que essa indústria local oferece.

Por outro lado, ainda quando a oferta chegue a se equilibrar com a demanda – isso não colocará de imediato para o capitalista a ampliação do mercado, levando-o antes a jogar sobre a margem entre o preço de mercado e o preço de produção, ou seja, sobre o aumento da massa de lucro em função do preço unitário do produto. Para isso, o capitalista industrial forçará, por um lado, o aumento de preços, aproveitando-se da situação monopolista criada de fato

pela crise do comércio mundial e reforçada pelas barreiras alfandegárias. Por outro lado, e dado que o baixo nível tecnológico faz com que o preço de produção seja determinado fundamentalmente pelos salários, o capitalista industrial valer-se-á do excedente de mão-de-obra criado pela própria economia exportadora e agravado pela crise que esta atravessa (crise que obriga o setor exportador a liberar mão-de-obra), para pressionar os salários no sentido descendente. Isso lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e pela prolongação da jornada de trabalho, acelerará a concentração de capital no setor industrial (MARINI, 2005, p. 171).

Mesmo ao encontrar o limite de demanda nas classes altas, a ampliação do consumo se dá pelas camadas médias, que é criado a partir da mais-valia não acumulada (MARINI, 2005, p. 172). Esse processo, que ocorre com extrema lentidão, necessita de um aumento da produtividade, que por sua vez vai se dar a partir da importação de tecnologia estrangeira.

É um fato conhecido que, na medida em que avança a industrialização latino-americana, altera-se a composição de suas importações, por meio da redução do item relativo a bens de consumo e sua substituição por matérias-primas, produtos semi-elaborados e maquinário destinados para a indústria. Entretanto, a crise permanente do setor externo dos países da região não havia permitido que as necessidades crescentes de elementos materiais do capital constante pudessem ser satisfeitos exclusivamente pela troca comercial. É por isso que adquire singular importância a importação de capital estrangeiro, sob a forma de financiamento de investimentos diretos na indústria (MARINI, 2005, p.173).

É a partir da tecnologia e dos bens de capital obsoletos nos países centrais, e que precisam ter algum destino, que ocorre a industrialização nos países periféricos. Nisso se desenvolve também a dependência tecnológica da indústria destes países.

Ao mesmo tempo, o processo de industrialização dos países dependentes, sua produção, como já colocado, não se destina a uma produção para o consumo popularizado, mas para a esfera alta da circulação, se destinando ao máximo as classes médias.

Pois bem, ao se concentrar de maneira significativa nos setores produtores de bens supérfluos, o desenvolvimento tecnológico acabaria por colocar graves problemas de realização. O recurso utilizado para solucioná-los tem sido o de fazer a intervenção do Estado (por meio da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo

supérfluo), assim como fazer intervir na inflação, com o propósito de transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação; isso implicou em rebaixar ainda mais os salários reais, com o objetivo de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda. Mas, na medida em que se comprime dessa forma a capacidade de consumo dos trabalhadores, é fechada qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender o consumo popular (MARINI, 2005, p. 177).

Assim, a produção industrial que permanece baseada na superexploração do trabalho e se concentra na produção de bens supérfluos, não pode se ampliar a partir do próprio mercado interno. Desse forma que no limite da esfera alta interna e mesmo da demanda por bens essenciais, a realização dos produtos industrializados nesses países vai buscar o consumo na esfera alta de outros países dependentes. É por esse mecanismo que vai se desenvolver uma das facetas do subimperialismo segundo Marini

3. GOVERNO FHC: A CONSTITUIÇÃO DE UM PACTO DE CLASSES

3.1. FORMULAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PLANO REAL

O Plano Real foi apresentado no final de 1993 como um programa de estabilização da economia brasileira. Este programa foi apresentada por seus formuladores a partir de três etapas:

- a) o estabelecimento do equilíbrio das contas do Governo, com o objetivo de eliminar aquilo que seus autores consideravam a principal causa da inflação brasileira;
- b) a criação de um padrão estável de valor que denominamos Unidade de Valor -- URV;
- c) a emissão desse padrão de valor como uma nova moeda nacional de poder aquisitivo estável -- o Real.

Essas etapas foram apresentadas na Exposição de Motivos Interministerial para criação da medida provisória do Plano Real, em junho de 1994. De acordo com esse documento:

A primeira etapa, de ajuste das contas do Governo, teve início em 14 de junho de 1993 com o programa de Ação Imediata – PAI, que estabeleceu um conjunto de medidas voltadas para a redução e maior eficiência dos gastos da União no exercício de 1993; recuperação da receita tributária federal; equacionamento da dívida de Estados e Municípios para com a União; maior controle dos bancos estaduais; início do saneamento dos bancos federais e aperfeiçoamento do programa de privatização. (BRASIL, 1994)

A esse plano de ajuste fiscal somou-se a criação da Unidade Real de Valor (URV), instituída em fevereiro de 1994. A URV foi uma moeda escritural que servia como unidade de conta e referência de valores. Essa unidade funcionava como um “superindexador, cuja variação em cruzeiros reais era definida a partir de uma “banda” formada por três outros índices: o IGP-M, o IPCA e o IPC.” (FILGUEIRAS, 2000). Para além dessas funções a URV tinha um papel na transição para a nova moeda que viria a surgir, o Real.

Idealmente, o processo deveria possibilitar a passagem, paulatina, de todos os preços e salários de Cruzeiro Real para URV, de modo espontâneo e/ou induzido através da fixação imediata dos preços, tarifas e contratos públicos em URV. Quando quase toda a economia estivesse operando com base em URV, esta se transformaria na nova moeda, o Real. Neste momento, quase todos os preços relativos da economia estariam alinhados, isto é, não haveria pressão para qualquer modificação na posição relativa dos diversos agentes econômicos, garantindo-se, assim, que a inflação existente em Cruzeiro Real não viesse a contaminar a nova moeda.

Desse modo, a URV cumpriria a função de alinhar os preços relativos, inclusive os salários, de tal modo que, após a criação da nova moeda (Real), esta não fosse contaminada pela inflação passada, associada à velha moeda. Em outras palavras, seu papel essencial foi o de apagar a memória do passado, eliminando, desse modo, o componente inercial da inflação.

Em resumo: como todos os preços e salários estariam em URV, a sua subida em cruzeiro real não alteraria os seus valores relativos, ou seja, a inflação se caracterizaria, essencialmente, pelo seu componente inercial. Tomando por suposto que realmente o ajuste fiscal tivesse sido feito e que o conflito distributivo estivesse neutralizado, pelo menos momentaneamente, criar-se-ia a nova moeda sem o perigo de embutir pressões inflacionárias residuais originadas do cruzeiro real. (FILGUEIRAS, 2000, p.105)

Assim, dentro da lógica do plano, a criação da URV tinha o objetivo de combater o que seus formuladores chamavam de componente inercial da inflação, possibilitando a entrada na terceira etapa do plano, a criação da nova moeda com a inflação controlada. De acordo com Luiz Filgueiras, a adoção dessa política pelos formuladores do Plano Real se deu a partir da avaliação feita sobre o Plano Cruzado. Assim, afirma que com o Plano Cruzado, aprenderam que:

- a) a inflação brasileira não era apenas inercial e a fragilidade financeira do Estado se constituía num dos seus componentes fundamentais;
- b) a passagem abrupta de todos os preços e salários para a nova moeda num determinado dia “D” traz consigo as pressões inflacionárias já presentes na velha moeda – ao sancionar o desalinhamento de preços relativos previamente existentes e detonar a retomada do conflito distributivo na nova moeda;
- c) a remonetização da economia e o consumo se aceleram com a queda da inflação nos primeiros meses da nova moeda – implicando a necessidade de uma política monetária que estabeleça taxas de juros mais elevadas; e

d) o salário real médio do conjunto da economia, em relação àquele que prevalecia anteriormente, pode crescer e pressionar o consumo a curto prazo etc. (FILGUEIRAS, 2000, p.100)

Porém, mesmo que tenha se adotado um aparente processo mais elaborado de implementação da nova moeda, em uma análise mais atenta do discurso das principais figuras do governo já demonstram que a isso não passou de uma mera maquiagem. Os fatores centrais do plano se constituíram no ajuste fiscal do Estado, na elevação taxa de juros e a supervalorização do câmbio. Essa afirmação é comprovado pelo documento de Exposição de Motivos nº 395, de 7 de dezembro de 1993, apresentado pelo então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O documento afirma que “a reorganização fiscal é a pedra fundamental do processo de estabilização, ainda que este requeira medidas adicionais para quebrar a “inércia inflacionária” decorrente da indexação”. Esse mesmo documento afirmava que a origem da inflação se concentrava nos excessivos gastos do Estado, pois no Brasil redemocratizado os diferentes interesses sociais permitiam que fossem incluídas no orçamento diversas despesas que, quando eram atendidas, acabavam sendo financiadas pela emissão de moeda que gerava inflação. Somava-se a isso a rigidez do orçamento que vinculava diversas despesas as receitas.

As soluções apresentadas, tanto no documento citado como no Programa de Ação Imediata, passavam, entre outras medidas, por cortes nos gastos da União, fim na inadimplência de Estados e Municípios, privatizações e manutenção do pagamento da dívida, cuja rolagem seria a única justificativa para emissão de títulos do Tesouro. Em resumo, essas medidas significavam a adoção de uma política econômica que priorizava o pagamento ao capital financeiro em detrimento do investimento público.

Ao mesmo tempo Gustavo Franco em seu discurso de despedida da presidência do Banco Central em 1999 deixa claro o papel central das políticas de juros e câmbio e como a URV pouca centralidade real tinha para a efetividade do Plano Real:

Apesar de bem-sucedido, o processo de reengenharia da moeda, por meio da URV, estava construído sobre bases fiscais extremamente precárias, e as remarcações de preços nas vésperas da entrada em vigor da nova moeda foram fortíssimas. A partir de 1º de julho, a URV ficaria para trás, e o destino do Real passaria a depender dos nossos próximos movimentos. Qual seria a inflação do primeiro mês, já na nova moeda, qual o grau de

desindexação posterior, tudo isso ia depender da atuação do Banco Central, em particular das políticas de juros e câmbio (FRANCO, 1999, p. 274).

E complementa: “Como seria a decolagem do Real se começássemos com uma política monetária frouxa e uma desvalorização cambial? Eu lhes digo, seria um desastre (FRANCO, 1999, p.275)”.

É claro nesses apontamentos a centralidade da política econômica adotada pelo governo no ajuste fiscal, na elevação da taxa de juros e na valorização cambial. Compreendido isso, podemos deixar as perfumarias de lado e nos concentrar nas opções e nos impactos que está política representa.

3.2. INFLAÇÃO E O INTERESSE DE CLASSE

Os elaboradores do Plano Real afirmavam que com essas medidas era possível, após conquistar o controle inflacionário, viabilizar o crescimento sustentado da economia brasileira. Porém antes de analisar a realidade que resultou tal plano, cabe aprofundar o debate sobre a inflação.

Keynes, lembrando Lenin, apontou o perigo que a inflação representa para as classes capitalistas:

Lênin, segundo se diz, declarou que a melhor maneira de destruir o sistema capitalista é desmoralizar a moeda. Por um contínuo processo de inflação, os governos podem confiscar, de modo secreto e despercebido, parte importante da riqueza de seus cidadãos. Com este método, eles não apenas confiscam, mas confiscam arbitrariamente; e, enquanto o processo empobrece a muitos, de fato enriquece a alguns. A visão desse arbitrário remanejamento repercute não somente na segurança, mas também na confiança quanto à equidade da existente distribuição da riqueza. Aqueles a quem o sistema traz ganhos extraordinários, além de seus merecimentos e mesmo além de suas expectativas e de seus desejos, se tornam "especuladores", objeto do ódio da burguesia —empobrecida pelo inflacionismo —assim como do ódio do proletariado. Na medida em que a inflação avança e o valor real da moeda flutua selvagememente de um mês para outro, todas as relações permanentes entre devedores e credores, que formam o fundamento último do capitalismo, se tornam tão completamente desordenadas que passam quase a

não ter sentido; e o processo de aquisição da riqueza degenera em jogo e loteria.

Evidentemente Lênin estava correto. Não há meio mais sutil nem mais seguro de revirar a base da sociedade do que corromper a moeda. O processo mobiliza, para a destruição, todas as forças ocultas da lei econômica — e o faz de modo tal que nem mesmo um só homem em um milhão é capaz de diagnosticar. (KEYNES, 1983, pag. 291)

O processo inflacionário não se constitui um mal em si, afinal se todos os preços e transações fossem afetados de forma homogênea seu efeito seria nulo. A problemática se encontra na medida em que o ajuste dos preços afeta de forma diferente as classes sociais e suas frações, gerando um processo de transferência de riqueza.

Segue-se, portanto, que uma variação no valor do dinheiro, isto é, no nível dos preços, só é importante para a sociedade na medida em que sua incidência seja desigual. Tais mudanças produziram no passado, e agora produzem, as mais amplas consequências sociais, pois, como sabemos, quando muda o valor da moeda, ele não muda igualmente para todas as pessoas e para todas as finalidades. Os ganhos e as despesas de um homem não são todos modificados numa proporção uniforme. Assim, uma alteração nos preços e nos ganhos, medida em dinheiro, geralmente afeta diferentes classes desigualmente, transfere riqueza de uma para outra, produz aqui a opulência e ali necessidade, e redistribui os favores da Fortuna de tal forma que se frustra o desígnio e se desaponta a esperança. (KEYNES, 1983, pag. 292).

A partir dessa análise Keynes busca apontar como o que ele chama de classe investidora, classe empresarial e assalariados são afetados pelo processo inflacionário.

O arranjo que cria a classe investidora para Keynes é definido como “aquele em que o proprietário deixa sua propriedade permanentemente, em troca ou de uma anuidade fixa perpétua em dinheiro, ou de uma soma determinada de anuidades mais o pagamento do principal em dinheiro, no fim do prazo” (KEYNES, 1983, pag. 293). Assim essa é a classe que abre mão de sua riqueza em troca de um pagamento futuro por sua poupança que é repassada para um investimento da classe empresarial. Durante um período inflacionário se essa classe está abrindo mão de possuir bens cujos preços estão subindo, fica claro a conclusão de que ela está perdendo. Quem ganha com isso é o seu devedor, ou seja, a classe empresarial.

Contudo, durante o período de mudança, enquanto os preços estão subindo mês após mês, os empresários têm uma nova e maior fonte de ganhos extraordinários. Comerciante ou industrial, ele geralmente comprará antes de vender, e, ao menos em relação a uma parte de seu estoque, correrá o risco de alterações nos preços. Se, portanto, mês após mês, o estoque se valorizar em suas mãos, ele estará sempre vendendo a preços melhores do que os esperados, e assegurando um ganho extra que não foi calculado. Em tais períodos, os negócios do comércio se tornam injustificadamente fáceis. Qualquer um que seja capaz de tomar dinheiro emprestado, e que não seja excepcionalmente azarado, pode obter lucros que em termos de valor real, não somente não representa qualquer juro mas, além disso, é até inferior ao capital originalmente adiantado. (KEYNES, 1983, pag. 297).

Esse lucro inflacionário obtido pelo empresário o torna um especulador, pois trata-se de um lucro muito mais fácil e amplo que o lucro normal obtido por seu negócio. Dessa forma, na visão de Keynes, a inflação torna-se um golpe ao capitalismo. Porém esse mecanismo que pode parecer perverso para os economistas que sonham com um capitalismo produtivo e próspero, demonstra-se uma forma eficaz de transferência de riqueza para a classe capitalista que mantêm o processo de elevação dos preços como forma de seguir obtendo lucros extraordinários. A origem dessa transferência, para além dos mecanismos intraburgueses, é resultado do conflito de classes estabelecido e reconhecido pelo próprio Keynes:

Tem sido um lugar-comum, dos manuais de Economia, que os salários tendem a ficar defasados em relação aos preços — com a consequência de que os ganhos do assalariado diminuem durante os períodos de preços em alta. Isto foi frequentemente verdadeiro no passado, e pode sê-lo, ainda, para certas classes de trabalhadores mal colocadas ou mal organizadas para melhorarem sua posição. Mas na Grã-Bretanha, até certo ponto, e nos Estados Unidos, importantes seções dos trabalhadores foram capazes de tirar vantagem da situação, não apenas para obter salários monetários iguais, em poder aquisitivo, ao que antes recebiam, mas também para assegurar uma real melhora e para combinar tudo isto com uma redução das horas trabalhadas (e, nessa medida, do trabalho realizado), conseguindo tudo isto (no caso da Grã-Bretanha) num tempo em que a riqueza total da comunidade diminuiu. Esta reviravolta no habitual curso das coisas não se deveu a um acidente, mas a causas definidas (...). O fato de os empresários estarem ganhando — e ganhando notoriamente — lucros extraordinários¹ acima daqueles normais em seus negócios, expuseram-nos à pressão, não apenas de seus empregados mas também da opinião pública em geral, permitindo-lhes, no entanto, atender a essa pressão em dificuldade financeira. De fato, valia a pena atender à imposição, e partilhar com os operários a boa sorte do momento. (KEYNES, 1983, pag. 298).

Keynes estava se referindo a economias imperialistas da década de trinta. Ainda que em um país de economia dependente, é de se esperar que sessenta anos depois parte da classe trabalhadora brasileira tenha atingido alguma capacidade organizativa para reivindicar ajustes salariais que contraponham esse lucro inflacionário. O salário médio da indústria de São Paulo teve um crescimento real de 15,9% e 11,1% em 1992 e 1993 respectivamente, números muito maiores que nos seguintes. Nos anos anteriores o salário médio dos trabalhadores desse mesmo setor sofreu queda de 12% em 1990 e 4,3% em 1991. (FONTE: IPEADATA). Tais números reafirmam que o impacto da inflação sobre os salários dos trabalhadores não necessariamente corrói parte de sua renda, isso ocorrerá de acordo com a capacidade organizativa das categorias reivindicarem ganhos salariais.

O que podemos concluir com essa análise e a contribuição de Keynes para entender o impacto da inflação sobre as classes e suas frações, é que a própria inflação surge e se propaga de acordo os interesses das classes dominantes. Ao mesmo tempo ela irá afetar o nível de exploração das classes subalternas de acordo com a capacidade organizativa e de enfrentamento dessas, processo inerente ao capitalismo com ou sem inflação. Com essas conclusões, rompe-se com a fé de que a inflação é o principal mal a ser combatido para atender os interesses das classes populares. Esse grande mal chama-se capitalismo e não inflação, mas iremos aprofundar esse tema mais a frente.

O controle da inflação pode ter beneficiado, em relação a determinados momentos do período em que ela persistia, setores da classe trabalhadora brasileira que por não possuir alguma forma organização sindical ou coletiva, atuando em grande parte no trabalho informal, não tinha capacidade organizativa de reivindicar e conquistar ganhos salariais reais. Mas a tese defendida aqui é de que a necessidade de controle da inflação brasileira no início da década de noventa passou muito mais por interesses da classe dominante do que dos dominados. Para demonstrar isso partimos da afirmação de que “historicamente ninguém pode desconhecer que, em décadas passadas, na economia mundial e também na economia brasileira, a inflação constituía uma estratégia de superação da recessão” (OURIQUES, 1997b, p. 125). A crise enfrentada na década de oitenta, que rompeu com um processo de crescimento baseado no endividamento internacional levou a burguesia a aumentar constantemente os preços como forma de manter suas altas taxas de lucro. O índice de

inflação medido pelo IPCA subiu de 99,7% em 1980 para 1863,56% em 1989, em um crescimento constante que sofreu queda apenas de 1985 para 1986.

Esse foi o mecanismo utilizado pela burguesia para não romper com o pacto de classe estabelecido em 1964 (MARINI, 2012) baseado no subimperialismo e na superexploração da força de trabalho. Manter tal pacto, sem a utilização dos altos índices de inflação como forma de garantir as altas taxas de lucro da burguesia, passava por romper com o pagamento da dívida como forma de viabilizar o financiamento anteriormente dado pelo capital externo garantindo o investimento ou impor sacrifícios aos trabalhadores. A primeira opção exigiria um enfrentamento com os interesses do capital internacional, algo que a burguesia dependente brasileira há décadas não está disposta a fazer. A segunda geraria um acirramento da luta de classes cuja conjuntura de fim da ditadura militar poderia resultar na vitória de um governo de esquerda. Por isso a implementação dessa segunda opção só foi possível após um longo período de hiperinflação quando foi possível envolver parte da classe trabalhadora no pacto de classes.

En 1994 se estableció en Brasil un pacto de clase conocido como Plan Real. Es un pacto sostenido por los intereses de la banca nacional y extranjera, por el capital productivo nacional e internacional, por los propietarios de tierra y la parte de los sindicatos más fuertes del país organizados por la Central Única de los Trabajadores (CUT). El control de la inflación fue el camino legitimación del plan de estabilización que se basó en elevadas tasas de interés (49,9% en junio de 1994), sobrevaluación de la moneda nacional (0,82 real por 1 dólar) y política fiscal regresiva (OURIQUES,...).

3.3. A INCORPORAÇÃO DOS EXPLORADOS NO PACTO

O envolvimento da classe trabalhadores no pacto se deu a partir de dois mecanismos: o primeiro foi a doutrinação de que a inflação era o principal mal a ser combatido no país; o segundo foi a neutralização dos principais sindicatos do país que se beneficiaram financeiramente da política econômica adotada pelo plano real através dos fundos de pensão.

...o ponto de partida do pensamento conservador é o reconhecimento da inflação como o principal problema da economia brasileira. Segundo declaração de Gustavo Franco, “a inflação é um imposto sobre o pobre. O pobre é aquele que não tem conta em banco, que carrega o dinheiro no bolso e não tem defesa contra a inflação” (Veja, 25/9/1996). É em função da necessidade de controlar este “mal”, que supostamente afeta com mais dureza as classes populares, que se impõe a necessidade de medidas que, ainda sendo amargas, são desejáveis, em função de tão “nobres objetivos”.

Haveria muito o que dizer sobre isso. Contudo, bastaria assinalar a ausência, no debate, de um consistente diagnóstico das verdadeiras causas da inflação nos países dependentes. Além da “teoria” da inflação inercial e dos velhos chavões a respeito do caráter monetário da inflação, não existe uma teoria plenamente aceitável que outorgue credibilidade aos planos de estabilização no continente e nos de a um certificado de garantia de que caminhamos no rumo certo. Não é este o momento para discutir esta questão do ponto de vista teórico, mas um aspecto político-ideológico da construção da inflação como problema fundamental da economia deve ser analisado, já que este recurso está sendo aplicado agora pelas elites latino-americanas. Refiro-me à dimensão política das estratégias de controle da inflação.

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro a reconhecê-lo, ainda antes de eleger-se presidente, quando deixou registrado de maneira explícita o aspecto que aqui queremos salientar: “a minha experiência de campanha é o seguinte: tudo aqui é simbólico: você necessita criar um mito. E tem que contar a mesma história, repetindo quem é bom e quem é mau. Tem que ter “dois y” vai mudando como na estrutura do mito, como Lévi-Strauss. É binário: o bem e o mal. E tem que contar durante toda a campanha, de várias maneiras, o mesmo mito. Em nosso caso é a moeda. O que é o mal? A inflação. O que é o bem? A estabilização. E foi o que fizemos. A cada momento eu ataco outra vez o mito principal. Mito no sentido antropológico. Você tem que chegar à estrutura mais elementar e insistir nele. A cada três ou quatro programas eu volto ao assunto. O real é bom, a inflação é má. Quem está com a inflação são os maus, quem está com o real são os bons. Foi apenas isso.” (Veja, 27/9/1994). (OURIQUES, 1997b, p. 130)

O que esses apontamentos de Ouriques demonstram é como a difusão da ideia de que a inflação era o grande mal a ser combatido foi intencionalmente usado pelos formuladores do Plano Real para que as classes exploradas aceitassem esse mito como verdade absoluta. Ouriques ainda afirma:

...a inflação foi sempre uma estratégia para transferir riqueza das classes populares para a classe dominante, o que tem levado alguns economistas a reconhecê-lo como resultado de um conflito distributivo. Contudo, isto não nos impede de afirmar que em períodos de inflação alta os trabalhadores podem perder menos do que em períodos de inflação baixa, e é assim que podemos destacar o caráter mitológico do combate à inflação que, em nome

de diminuir as perdas das classes subalternas, não faz mais que aprofundar sua exploração. (OURIQUES, 1997b, p. 132)

A criação desse mito foi essencial na conjuntura em que o Plano Real foi elaborado. Após um período de grande quantidade de greves e o *impeachment* do presidente Collor, a possibilidade de vitória nas eleições de 1994 de um governo de esquerda ligado às classes exploradas, através do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, era provável pelo que apontava as pesquisas. Com isso a criação do mito sobre a inflação era essencial para garantir a aceitação da população ao pacto que estava por ser estabelecido. Colocando no imaginário da população a compreensão de que a inflação estaria acima de qualquer outro inimigo a ser combatido estaria facilitado a imposição de outros sacrifícios as classes exploradas. Tal imposição do mito foi facilitado pelo caráter economicista das greves e mobilizações realizadas nos anos anteriores, sem um enraizamento ideológico da esquerda no país (SINGER, 2000).

Ao mesmo tempo tais greves representavam apenas uma pequena parcela da classe trabalhadora que era sindicalizada. Segundo dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) cerca de 16% da população economicamente ativa nas áreas urbanas e cerca 23% se somada a PEA rural entre os anos de 1992 e 1994. Dessa forma a imensa massa de trabalhadores não sindicalizados possuía grandes dificuldades para garantir a reposição inflacionária nos períodos de hiperinflação.

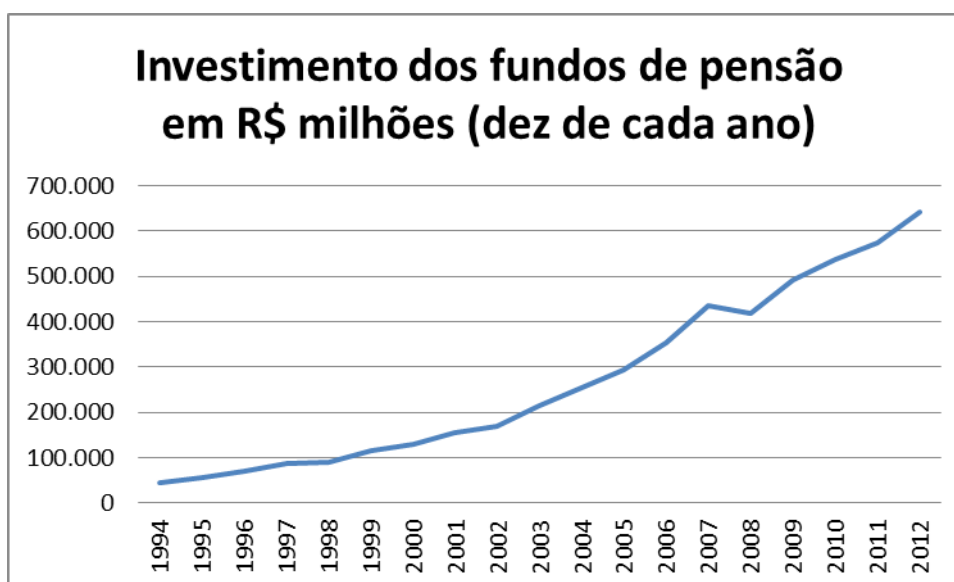
Um outro elemento concreto serviu para agregar parte da classe trabalhadora ao pacto de classes do Plano Real: os fundos de pensão.

Desde meados dos anos de 1990 alguns segmentos sindicais passaram a se interessar pela criação e gestão de previdência privada, sobretudo dos fundos de pensão, inserindo novas preocupações na pauta sindical. O fenômeno chama a atenção por tratar-se de uma diretriz de caráter inédito, a qual coloca parte dos sindicalistas diante de novos desafios, de novos interlocutores e na interação com o mercado financeiro.

Portanto, extrapolando o tripé clássico da ação sindical – salário, condições de trabalho e redução da jornada de trabalho –, o movimento sindical (ou parte dele) busca unificar os sindicatos em torno da administração responsável de vultuosas somas dos fundos de pensão, tendo a preocupação com a “moralização” do capital, a desigualdade social e com investimentos éticos e de responsabilidade

social. Importante acrescentar que o projeto de fundo de pensão sindical foi criado e regulamentado durante o Governo Lula (2003), o qual tem sido, em certa medida, um aliado dessa nova estratégia sindical (JARDIM, 2008, p.1).

Os fundos de pensão tiveram um crescimento gigantesco no início da década de 90. Segundo os dados da ABRAPP (<http://www.abrapp.org.br>), os investimentos que eram de cerca de 12 bilhões de dólares em 1990, passaram para 32 bilhões ao final de 1993 e apenas em 1994 saltaram para 55 bilhões. Abaixo a evolução do investimento dos fundos de pensão em dezembro de cada ano, em milhões de reais.



Fonte: Elaboração própria. Dados ABRAPP.

Da mesma forma houve um crescimento no número de beneficiários. Em 1990 os beneficiários aposentados eram de apenas 128.887, chegando em 1993 a 177.868 e em 1994 a 211.052. Se somarmos a esses os beneficiários ativos e dependentes esse número é muito maior, tendo em 1995 quase 7 milhões de beneficiários.

Essa ampliação dos fundos de pensão possibilitou que essa parcela dos trabalhadores e seus sindicatos se beneficiassem da política de controle da inflação pelos mesmos mecanismos que a classe investidora apontada por Keynes, ainda que em dimensões inferiores, através do mercado financeiro. Ao mesmo tempo a participação dos fundos de

pensão nos processos de privatização aprofundou esse pacto. Novamente segundo os dados da ABRAPP a participação dos fundos de pensão entre 1991 e 1995 representava 16,8% das privatizações.

Esse cenário, além de possibilitar a vitória do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso a Presidência da República, também permitiu que se estabelecesse um plano que atendesse os interesses das classes dominantes, levando a disputa central dos rumos para a disputa intra-classe.

3.4. MAIS DO QUE UMA POLÍTICA ANTI-INFLACIONÁRIA

3.4.1. A balança de pagamentos: a dependência do investimento estrangeiro direto

Para além do controle da inflação é necessário analisar os outros elementos que constituíram o Plano Real.

O segundo elemento da estratégia em curso é a necessidade de corrigir o crônico desequilíbrio (deficit) do balanço de pagamentos das economias dependentes. Ainda que este tenha razões estruturais, em geral olímpicamente desconsideradas pelos economistas da política dominante, a atenção destes está sempre voltada para gerar excedentes exportáveis com os quais podem gerar superávits na conta comercial, para diminuir o impacto negativo da conta corrente.

A receita tradicional para enfrentar ambos os problemas – a inflação e o deficit na balança de pagamentos – desde a ótica do capital é uma combinação mais ou menos conhecida no mundo econômico. Primeiramente, busca-se a estabilização da moeda através de um mecanismo como a supervalorização cambial que revela-se, no curto prazo, eficaz no controle da inflação. Para isso, elevam-se as taxas de juros como medida para atrair capitais, construindo um colchão de reservas necessário à estabilização, como também para equilibrar a conta de capitais. Para tornar mais atrativa esta entrada de recursos, afirma-se que a venda das estatais faz com que os capitais adquiram a forma de investimento produtivo e não apenas uma valorização financeira derivada das altas taxas de juros. Mata-se, portanto, “dois coelhos com uma cajadada”.

Contudo, este “equilíbrio” permitido pela via das altas taxas de juros atua ao mesmo tempo contra a produção, com duplo efeito. O primeiro, consiste em reforçar o processo denominado por alguns economistas de “financeirização

da riqueza”, tornando sempre mais atrativo o investimento em ativos financeiros em relação à produção; o segundo, é que as altas taxas de juros comprometem a saúde financeira das empresas, em particular as pequenas e médias em primeiro momento, e finalmente, as grandes no médio e longo prazos. (OURIQUES, 1997b, p. 133)

A política de altas taxas de juros, somando-se a baixa inflação, colocou o capital financeiro internacional como principal beneficiário do pacto. O setor produtivo, por sua vez, se prejudica com essa política. Mas muito antes disso a burguesia brasileira já havia aceitado o seu papel dentro da divisão internacional do trabalho de sócio menor do capital internacional. Portanto é a posição de classe que explica a “opção” a política econômica adotada, resultando pela associação com o capital internacional em ganhos financeiros.

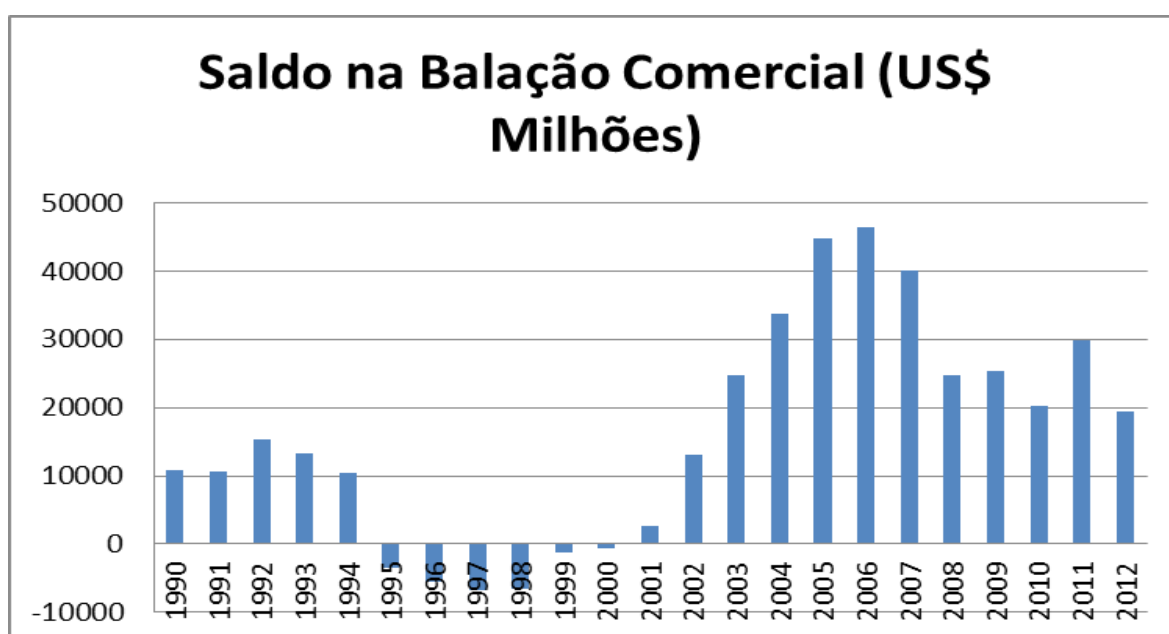
O argumento utilizado pelos idealizadores do plano era de que o setor produtivo se beneficiaria da modernização financeiro e industrial resultante das reformas implementadas.

O projeto neoliberal de maior submissão da América Latina ao mercado internacional parte da ideia de que o “subdesenvolvimento” desta região deve-se a um suposto isolamento em relação aos países desenvolvidos. Romper esse isolamento significaria, na ótica destes organismos supranacionais, mas também na de muitos intelectuais latino-americanos, modernizar a América Latina sobre bases capitalistas, sobretudo industriais e financeiras. Para pô-los em contato direto, um rol de reestruturações comerciais e financeiras foram requeridas. Com a implantação destas, a América Latina romperia o subdesenvolvimento e, através de uma contribuição dos países do norte, alcançaria um outro modelo de desenvolvimento. (MAGALHÃES, 2009, p. 71)

Outro elemento soma-se aqui para garantir essa suposta modernização, a abertura comercial através do rebaixamento das alíquotas de importação e do câmbio valorizado.

A modernização capitalista, de acordo com a concepção dos idealizadores destas reformas, atuaria tendo em vista a modernização das empresas latino-americanas a partir da compra de bens de capital importados. Não podemos nos esquecer, todavia, do câmbio valorizado que acompanhou o início destas reformas, incentivando as importações. Esta modernização, por sua vez, elevaria o poder de competitividade das empresas latino-americanas, as quais, conseqüentemente, conquistariam maiores fatias no mercado internacional de bens e serviços. (MAGALHÃES, 2009, p. 73)

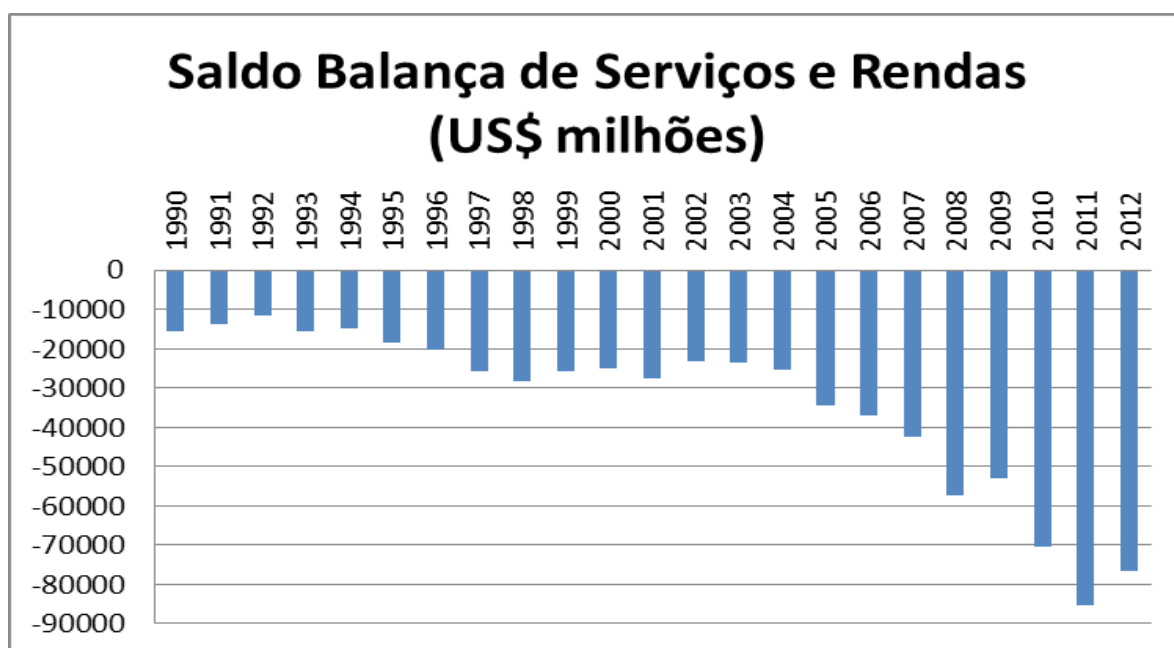
O que o plano apresentava é que os setores mais competitivos da economia brasileira iriam se beneficiar dessa abertura, conquistando competitividade internacional. Dessa forma a abertura comercial forçaria a manutenção de um deficit na balança comercial no curto prazo, através do crescimento das importações, mas no longo prazo a capacidade competitiva brasileira reverteria esse quadro por meio das exportações. “Assim sendo, era de se esperar, segundo estes reformadores, um deficit na balança comercial durante o curto prazo, e somente durante o curto prazo”. (MAGALHÃES, 2009, p. 73) Não foi o que ocorreu na realidade. O deficit na balança comercial se manteve durante toda a década de 90:



Fonte: Dados Banco Central.

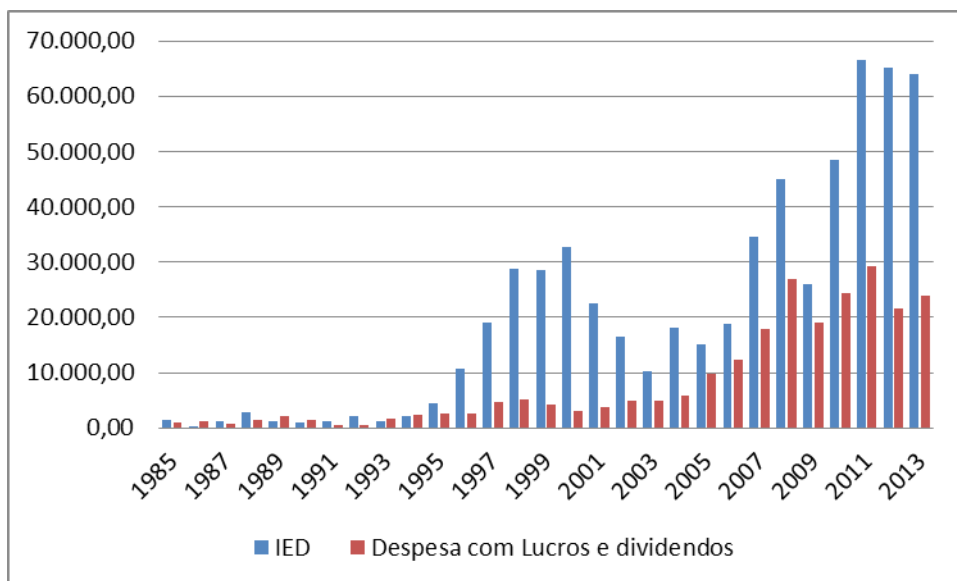
Mesmos os saldos positivos a partir do início dos anos 2000 não podem ser vistos como resultado da chegada do longo prazo que trouxe a modernização da economia brasileira. São sim resultado primeiro de uma forçada desvalorização cambial, assim como a alta nos preços dos principais produtos de exportação brasileiros, o minério de ferro e a soja. A própria manutenção desses produtos em destaque na pauta de exortação, demonstra como as reformas apresentadas passaram longe de viabilizar um processo de modernização industrial na economia brasileira.

O saldo negativo na balança de serviços aprofunda ainda mais o deficit em transações correntes



Fonte: Dados Banco Central.

A compensação deste saldo negativo na balança de pagamentos passa a se dar via Investimento Estrangeiro Direito (IED). Porém a lógica estabelecida de que o IED geraria modernização da economia brasileira já se demonstrou incorreta. Na realidade esse foi um mecanismo de aprofundamento da dependência brasileira e latino-americana na relação centro-periferia, pois o IED é historicamente e tendencialmente compensado em grande parte pelas remessas de lucros. A exceção a essa tendência se deu nos períodos de privatização das estatais brasileiras.



Fonte: Elaboração própria. Dados Banco Central do Brasil.

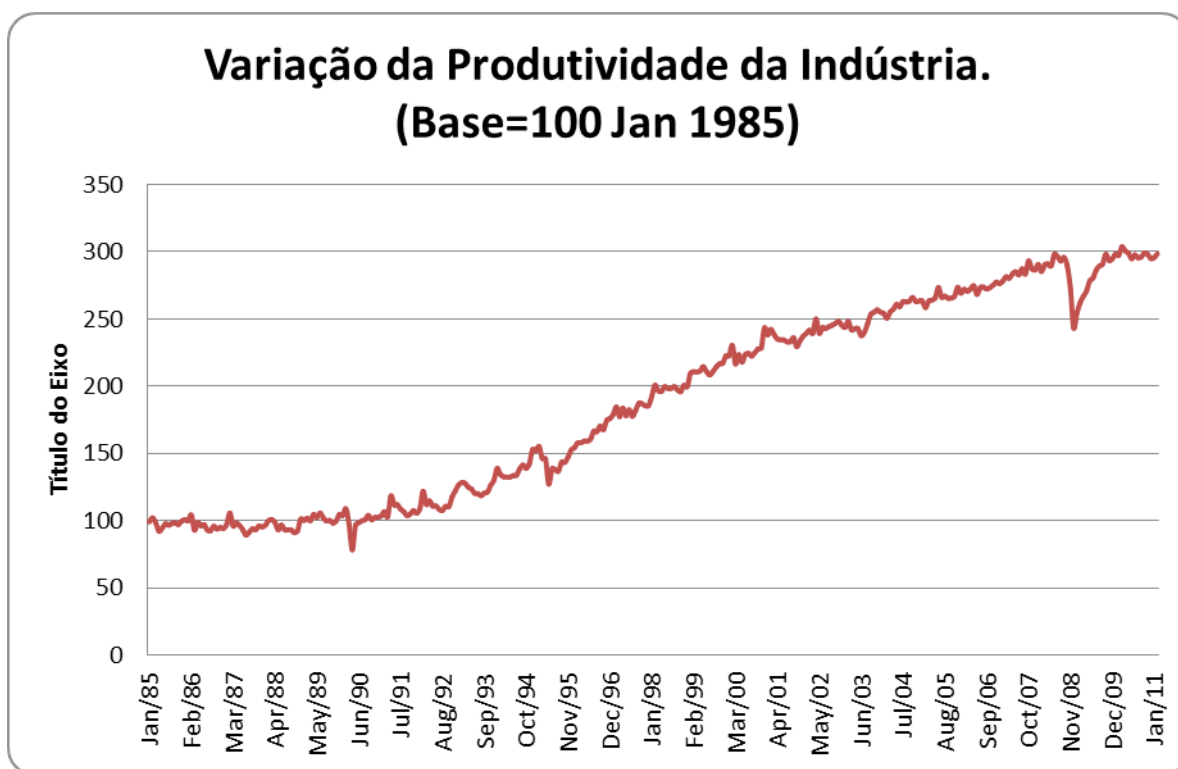
O IED, enquanto fenômeno, formação material, é a manifestação visível de uma transferência de capital que parte dos países centrais e da qual apenas uma pequena parte se dirige aos países dependentes. Mas a atividade deste fenômeno, desta formação material, dá-se com o encobrimento da essência por parte da aparência: transfere-se um capital que fora previamente acumulado, e o utiliza-se para uma acumulação ulterior, a qual é então enviada aos países centrais, estes manipuladores principais, mas não imediatos, do processo de drenagem de recursos, sob a forma de remessas de lucros. O IED é o fenômeno: um de seus momentos, a aparência, indica que estes investimentos são agentes do crescimento econômico nos países dependentes, visto distribuir tecnologia, ampliar laços comerciais, modernizar economias, aumentar competitividade de empresas até então fora da lógica “concorrencial” do mercado mundial; outro momento seu, a essência, revela que o capital aportado é parte de uma acumulação anterior utilizado para outra acumulação, posterior. Neste ciclo, os países centrais drenam sistematicamente recursos financeiros e naturais, os enviando aos países centrais como remessas de lucro. (MAGALHÃES, 2009, p. 90)

3.4.2. A ampliação da superexploração do trabalho

O que resta a burguesia brasileira é a manutenção de seu caráter dependente, a associação como sócio menor ao capital internacional e a concentração nos setores de menor produtividade. Isso não se dá a seu contragosto ou com exclusão do pacto estabelecido, mas sim através da forma que a muito lhe coube para ampliar seus lucros: a ampliação da exploração da força de trabalho.

Isso se deu primeiramente através do aumento da taxa de desemprego, possibilitando um exército industrial de reserva maior e, portanto, menores salários e maior exploração da força de trabalho. Essa ampliação da exploração se deu a partir das três formas clássicas apontadas por Marini em *Dialética da dependência* já citados em capítulo anterior.

O aumento da produtividade, sem a modernização da indústria brasileira e o aumento dos acidentes de trabalho, demonstra a primeira forma. A ampliação da jornada de trabalho, através do crescimento do número de trabalhadores que trabalham com horas extras, demonstra a segunda forma. A queda no salário real, além da ampliação da diferença com o salário mínimo necessário, demonstra a terceira forma.

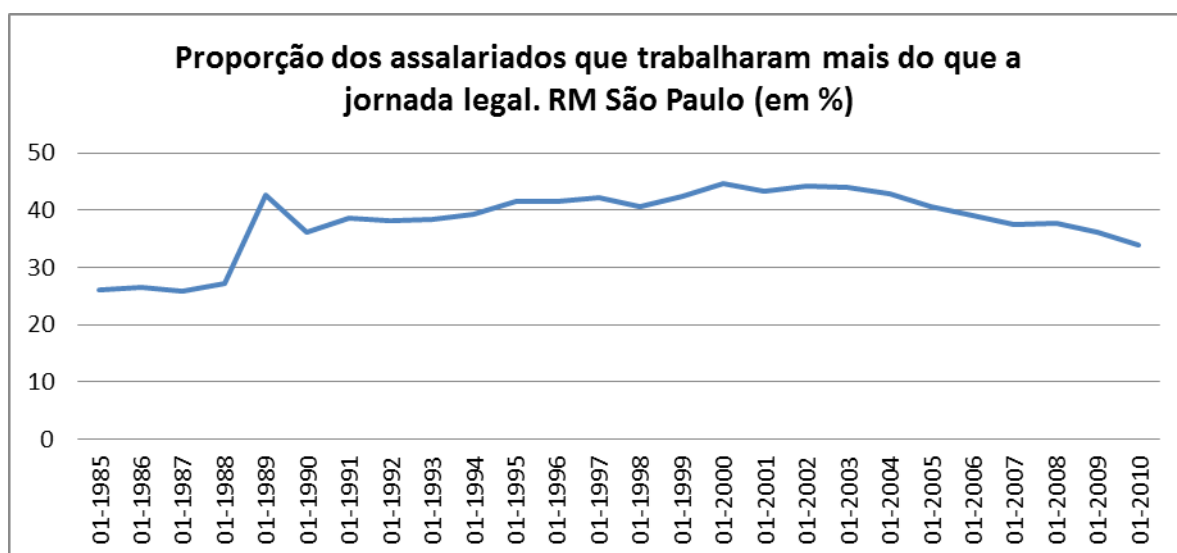


Evolução do número de acidentes de trabalho

Período	Acidentes Típicos	Acidentes de Trajeto	Doenças do Trabalho	Total de Acidentes	Mortes	Incapacidade Permanente
1990	632.012	56.343	5.217	693.572	5.355	18.878
1991	579.362	46.679	6.281	632.322	4.527	19.972
1992	490.916	33.299	8.299	532.514	3.516	16.706
1993	374.167	22.709	15.417	412.293	3.110	16.895
1994	350.210	22.824	15.270	388.304	3.129	5.962
1995	374.700	28.791	20.646	424.137	3.967	15.156
1996	325.870	34.696	34.889	395.455	4.488	18.233
1997	347.482	37.213	36.648	421.343	3.469	17.669
1998	347.738	36.114	30.489	414.341	3.793	15.923
1999	326.404	37.513	23.903	387.820	3.896	16.757
2000	304.963	39.300	19.605	363.868	3.094	15.317
2001	282.965	38.799	18.487	340.251	2.753	12.038
2002	323.879	46.881	22.311	393.071	2.968	15.259
2003	325.577	49.642	23.858	399.077	2.674	13.416
2004	375.171	60.335	30.194	465.700	2.839	12.913
2005	398.613	67.971	33.096	499.680	2.766	14.371
2006	407.426	74.636	30.170	512.232	2.798	9.203
2007	417.036	79.005	22.374	518.415	2.845	9.389
2008	441.925	88.742	20.356	551.023	2.817	13.096
2009	421.141	89.445	17.693	528.279	2.496	13.047

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - MPAS

Elaboração: Dieese



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

3.4.3. O ajuste fiscal e as privatizações

O plano compreendia ainda o discurso ideológico da necessidade de redução da máquina pública, através de um ajuste fiscal, que resultava na diminuição dos gastos sociais e redução do número de funcionários, além das privatizações das empresas estatais. Tais ações partiam da afirmação por parte do capital de “que umas das razões da inflação – quando não a mais importante – é o déficit público (OURIQUES, 1997b, p. 135)”.

Na prática essa política passava por uma série de reformas econômicas e do estado. As reformas econômicas resultaram durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no fim do “monopólio estatal nas áreas de prospecção, exploração e refino do petróleo; nas telecomunicações e na geração e distribuição de energia”...“na mudança do conceito de “empresa nacional”, para possibilitar igualdade de condições para as empresas estrangeiras (FILGUEIRAS, 2000, p. 111)”. As reformas do Estado flexibilizaram as funções próprias do Estado, possibilitando a terceirização e entrada das empresas privadas em diversos setores sociais, sob a justificativa do empecilho que seria a estabilidade do funcionalismo estatal, o que também resultou na possibilidade de demissão por excesso de quadros e ineficiência (FILGUEIRAS, 2000, p. 111)”. Além disso

A Previdência Social, em particular a do serviço público, foi identificada como a razão principal do déficit público, explicitada claramente no Programa de Estabilização Fiscal de 1998. Aqui, os objetivos de sua reforma foram os seguintes: acabar, ou ao menos restringir bastante as chamadas aposentadorias especiais, redefinir a aposentadoria proporcional e por tempo de contribuição, aumentar a contribuição dos funcionários públicos da ativa e instituí-la para os inativos e estabelecer um teto máximo de benefícios para os trabalhadores do setor privado menor do que o existente, abrindo espaço para atuação mais desenvolvida dos fundos de pensão privados. (FILGUEIRAS, 2000, p. 111)

No debate sobre as privatizações, foram várias as justificativas apresentadas, em sua maioria de âmbito puramente ideológico. Vejamos algumas levantadas por Filgueiras (2000, p. 112), as quais define como de natureza estrutural:

- a) Ideológica (defesa da livre iniciativa);

- b) Eficiência (as empresas estatais não conseguem se guiar por parâmetros exclusivamente de mercado, pois têm as suas gestões extremamente politizadas);
- c) Mudança dos setores estratégicos (por um lado, não teria mais sentido o Estado permanecer em segmentos da economia que perderam o seu caráter de vanguarda do ponto de vista tecnológico e, por outro, novos setores, como o de telecomunicações, exigiriam um aporte de recursos e a adoção de novas tecnologias que o Estado não teria condições de arcar);
- d) Amadurecimento e fortalecimento do setor privado (as empresas estatais são de uma época em que as empresas privadas não demonstravam capacidade de investimento, por várias razões, em muitos segmentos da economia; a solução, para que o país não ficasse carente foi a presença do Estado, o que hoje já não é mais necessário); e, por fim,
- e) Evitar o efeito *crowding-out* (a presença do Estado e das empresas privadas nos mesmos setores pode resultar em desestímulo ao investimento destas últimas nesses setores).

Tais argumentos ideológicos caem por terra ao analisarmos o processo de privatização na prática. Se o problema estivesse na ineficiência inerte ao estado não teriam sido vendidas empresas brasileiras a estatais estrangeiras, como foi o caso da “venda da Light brasileira para a empresa estatal francesa de energia (OURIQUES, 1997b, pag. 135)”. Ao mesmo tempo a incapacidade do setor privado que levou a existência de um controle estatal de alguns setores não foi superada. A própria abertura para a entrada do capital internacional nesses setores demonstra isso, sendo que até então o controle estatal existia contra a possibilidade de ceder esses setores ao capital estrangeiro. Além disso, a incapacidade financeira do estado em investir em determinados setores só existe por determinação da política econômica adotada pelos defensores das privatizações. Tal argumento torna-se mais absurdo se levarmos em conta que o BNDES foi o principal financiador das próprias privatizações. Por último, torna-se contraditório defender a livre concorrência e afirmar que o Estado ao concorrer com a iniciativa privada a inibe, trata-se na verdade de uma troca do monopólio estatal para o monopólio privado, por opção.

Ademais as privatizações não representaram um ganho contábil ou financeiro para o Estado brasileiro, como demonstram Gonçalves e Pomar:

Segundo o governo federal, de 1991 a 1998 o país teria arrecadado 85 bilhões de reais com as privatizações. Cálculos mostram que – mesmo desconsiderando os preços subavaliados e o impacto social negativo – o governo perdeu pelo menos 87 bilhões de reais com as privatizações.

Embora tenha produzido um abatimento contábil na dívida interna, a privatização aumentou a dívida externa e o passivo externo do país. Por exemplo, com os empréstimos contraídos no exterior por empresas privadas que compraram estatais (GONÇALVES E POMAR, 2001, p. 26).

Ainda sobre a incapacidade das privatizações cumprirem as funções prometidas, Biondi afirma:

As privatizações não contribuíram para reduzir o “rombo” e as dívidas do Tesouro – totalmente atolado, em 1999, com o pagamento de juros na casa astronômica dos 130 bilhões de reais. Uma quantia impagável, já que é praticamente o valor do todo o orçamento da União em 1999 – excluindo-se a Previdência –, no montante de 160 bilhões de reais. Pior ainda: a política de privatizações tampouco desempenhou o outro papel que se anunciava para ela, a saber, o de criar “novos motores da economia”, com a contratação maciça de encomendas nas indústrias do país, graças aos investimentos gigantescos previstos para as áreas de telecomunicações, energia e, em menor escala, ferrovias – além da área petrolífera. Ao contrário: com a conivência e até incentivos do governo, esses setores vêm realizando importações explosivas “torrando” dólares e ampliando o “rombo” da balança comercial (exportações menos importações). Além disso, os “donos” multinacionais das empresas privatizadas passaram a realizar remessas maciças para o exterior, para seus países, sejam como lucros, dividendos, juros ou até como pagamento de “assistência técnica” ou “compra de tecnologia” de suas matrizes. Em lugar de ajudar a tapar o “rombo” externo, a privatização agravou, e de forma permanente. Como? Decisões do governo que dessem preferência ao produtor local poderiam corrigir distorções e levar à redução nas importações. Mas as remessas às matrizes permanecerão. Para sempre (BIONDI, 2003, p.24).

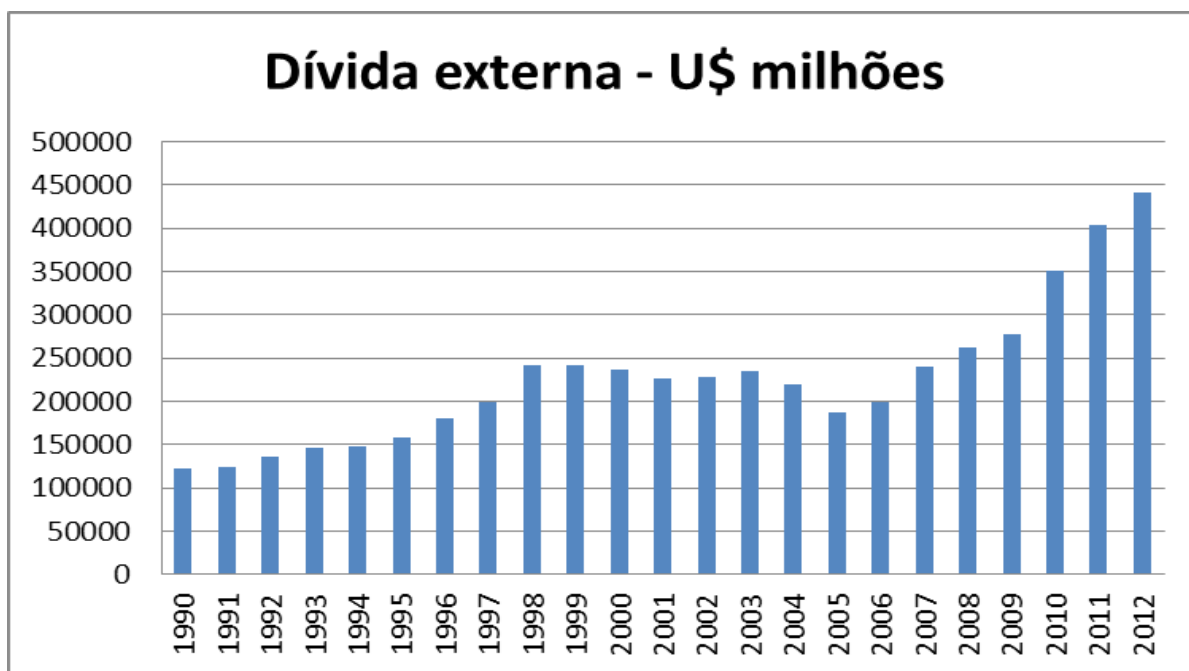
O governo FHC defendia que as privatizações trariam recursos que possibilitariam a redução do déficit público e da dívida pública.

Contudo, mesmo no curto prazo, o efeito das privatizações sobre o déficit público é efêmero, porque a causa principal de sua existência não é de natureza fiscal, mas financeira. É fácil comprovar este fato quando verificamos que, pelo conceito primário, isto é, receita menos despesas

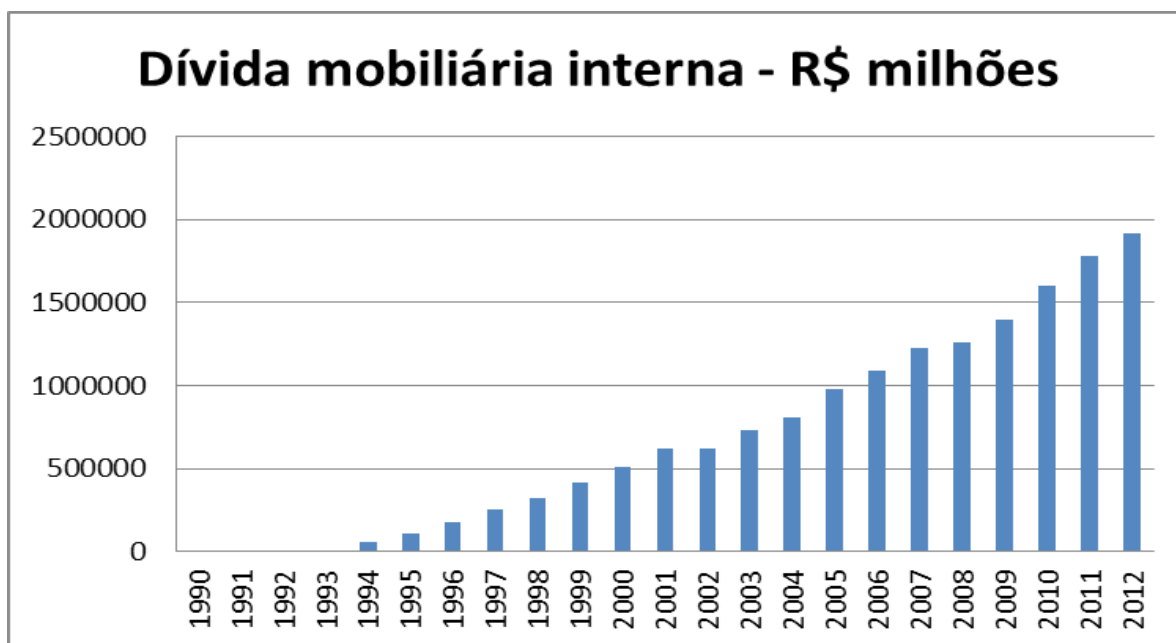
(excluída a conta de juros), em 1995 o superávit foi de 0,51% do PIB e, em 1996, ainda que diminuindo, seguiu sendo positivo: aproximadamente 0,38% (equivalente a R\$2,95 bilhões). Por mais que avance o processo privatizador, e portanto a quantia de recursos nele gerados, estes são incapazes de cobrir os custos derivados das altas taxas de juros que o governo paga para financiar seu déficit e manter a estabilidade da moeda.

Além disso, as privatizações na América Latina se realizam de tal maneira que muitas vezes os recursos que o Estado aceita não passam de “moedas podres”, ou seja, títulos do próprio governo com valor de mercado rebaixado; ademais, o valor dos bens privatizados é sempre cotado abaixo de seu preço real demercado. Feitas as contas as privatizações reduzem a capacidade de arrecadação do Estado – porque eliminam fontes de receita – e ampliam a dívida estatal, como acontece no Brasil.

Seguindo nessa linha de argumentação, é importante verificar como as taxas de juros altas, necessárias ao esquema de equilibrar o balanço de pagamentos, aprofundam o déficit no setor público, revelando, portanto o caráter ideológico do discurso dominante. A dívida pública se multiplica muitas vezes, como demonstra muito bem a evolução do Plano Real. (OURIQUES, 1997b, pag. 135)



Fonte: Base de dados Ipeadata.



Fonte: Base de dados Ipeadata.

Em comparação ao crescimento da dívida as privatizações representaram números ínfimos. Além disso, Biondi (2003, p. 68) nos apresenta uma série de contas escondidas pelo governo que deveriam ser levadas em consideração ao se analisar se o processo de privatizações foram realmente lucrativos para o país, como: as dívidas que deveriam ser pagas pelos compradores, mas que o governo assumiu (16,1 bi) e o juro que o governo deixou de receber dessas dívidas (8,7 bi); o investimento que o governo fez antes de vender as estatais, e que não entram no cálculo do preço de venda (37,4 bi); o pagamento em “moedas podres” (8,9 bi); o dinheiro deixado em caixa para os compradores (1,7 bi); além das vendas a prazo (14,8 bi) que o governo apresentou como algo já existente em caixa nos 85,2 bilhões de reais anunciados como arrecadação das vendas das estatais. O total desses valores apontados por Biondi é de 87,6 bilhões de reais, mais do que o anunciado como arrecadação com as privatizações. Se considerarmos outros gastos apontados pelo autor como incalculáveis como as perdas com a arrecadação sobre imposto de renda, os lucros com as antigas estatais que o governo deixa de receber, as demissões que o governo fez para livrar os compradores de indenizações, os compromissos assumidos pelo governo de encargos de aposentados e fundos de pensão e o prejuízo com os empréstimos que o governo concedeu aos compradores das estatais muito menores do que o governo paga sobre suas dívidas, o “mal negócio” feito pelo governo com as privatizações fica evidente.

Se não é nos ganhos contábeis e financeiros que se apresentam o interesse nas privatizações qual o interesse? As privatizações feitas no governo FHC representaram uma abertura ainda maior da economia brasileira ao capital internacional. Assim esse foi um mecanismo adotado para atrair esse capital garantindo uma situação mais estável na balança de pagamentos em relação a situações de crises internacionais que forçavam a fuga de capitais. Com isso, também, aumentava o poder do capital financeiro internacional e dos seus sócios nacionais. Ao mesmo tempo dava novas fontes de ganhos para os fundos de pensão, que foram parte dos compradores. Excluindo-se o setor de telecomunicações os fundos de pensão representavam 12% dos compradores (BIONDI, 2003, p. 64). Assim o processo de privatização teve importante papel na conformação do pacto de classes do Plano Real.

4. TRANSIÇÃO PARA A CONTINUIDADE: DE FHC À LULA

O programa econômico estabelecido nesse pacto de classes do Plano Real se perpetuou para além do governo FHC se mantendo no governo do PT.

Las consecuencias necesarias de aquel programa ordenan el gobierno de Lula. La primera consecuencia del plan de estabilización fue el gigantesco endeudamiento interno que era de 64 millones de reales y se multiplicó por 10 durante los dos gobiernos de FHC: R\$ 720 mil millones. Un supuesto para sostener similar endeudamiento fue la elevación dos los impuestos que de representar 25,72% del PIB en 1993 alcanzó los 36,45% en el 2002. Durante los 5 primeros años de la estabilidad, el país amargó constantes déficits comerciales que solamente fueron superados después de la mega devaluación ocurrida en 13 enero del 1999, en los primeros días del segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso cuando la moneda nacional sufrió el primer golpe: del 1,21 para 1,75! Además de la multiplicación de la deuda pública, FHC estimuló un nuevo ciclo de endeudamiento privado externo en función de lo diferencial de las tasas de interés externas (más bajas) en relación a las internas (elevadísimas!), razón por la cual la deuda externa saltó de los 148 mil millones de dólares en 1994 para 211 mil millones en 2002. En este período el país pagó por concepto de servicios, interés y refinanciación la suma de 283 mil millones de dólares! Las tasas de crecimiento del producto fueron obviamente muy modestas, no superando el promedio del 2,8% en los 8 años de su gobierno. La participación de los salarios en el producto bajaron también de manera significativa: del 35,2% para 31,4%. El amplio programa de privatizaciones no logró bajar el sistema de deudas que orienta y sostiene en gran medida elevadas ganancias para todas las fracciones del capital como también el silencio de los grandes sindicatos. (OURIQUES, 2013, p. 2)

Sob tais consequências a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 se demonstrou capaz de manter os interesses das classes dominantes de forma mais profunda do que a continuidade do governo FHC representada pelo candidato José Serra. Para entendermos essa afirmação é necessário, primeiramente, analisarmos historicamente como se construiu a crise no governo FHC.

4.1. AS DIVERSAS FASES DO GOVERNO FHC

4.1.1. A implementação do Plano Real e suas oscilações constantes

Filgueiras divide a economia brasileira durante o governo FHC em quatro fases no nível de atividade da economia brasileira:

A primeira, expansiva, compreendeu o período de julho de 1994 a março de 1995; a segunda, recessivo-estagnacionista, que começou em abril de 1995 e foi até março do ano seguinte, a terceira, de retomada do crescimento, compreendida entre abril de 1996 e junho de 1997; e, por fim, a quarta fase, novamente recessivo-estagnacionista, que se iniciou no segundo semestre de 1997 e se prolongou até o final do período aqui considerado (junho de 1999) (FILGUEIRAS, 2000, p. 118).

O primeiro período caracterizou-se pelo controle da inflação, um considerável nível de crescimento do consumo, da produção e do emprego. Esse crescimento se deu a partir do aumento das compras a prazo, da baixa remuneração nominal das aplicações financeiras (o que ampliava o consumo) e a não desindexação imediata dos salários, como estava previsto na MP que criou o Real. (FILGUEIRAS, 2000, p. 121).

O que temos, portanto, é um crescimento puxado pelo consumo. Porém o crescimento da atividade econômica, somado a abertura econômica pela valorização cambial e queda nas taxas de importação, levaram o país a um déficit na balança comercial, que em parte eram compensados pela entrada de capitais estrangeiros estimulados pelas altas taxas de juros.

Porém com a crise cambial mexicana em dezembro de 1994 iniciou uma fuga de capitais do país. A partir daí o governo reforçou a elevação da taxa de juros, com objetivo de conter a fuga de capitais e sustentar a âncora cambial, e posteriormente uma série de outras medidas.

A fim de controlar a situação, que ameaçava desembocar num colapso cambial, o Governo tomou as seguintes medidas adicionais: elevações consecutivas dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais no Banco Central, com o crescimento assustador das taxas de juros; redução nos prazos dos consórcios e do número de prestações nas compras a prazo; elevação das alíquotas do Imposto de Importação de mais de cem produtos de consumo durável para 70% - algumas delas, depois por violação das regras da OMC, caíram para 45%; incentivos à exportação e à entrada de

capitais especulativos, com a retirada ou diminuição do IOF, e, por último, o estabelecimento de quotas de importação para os automóveis (FILGUEIRAS, 2000, p. 126)

Também foram tomadas as seguintes medidas na área fiscal: novos cortes no orçamento no valor de R\$9,5 bilhões, mudança na data de pagamento dos funcionários públicos, redução nas despesas de custeio das estatais e dos bancos federais e o anúncio da inclusão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no programa de privatização (FILGUEIRAS, 2000, p. 127).

O objetivo era atrair novamente os capitais externos, sinalizando para uma política que deveria corrigir o saldo negativo na balança de pagamentos. Porém essa política resultou em um crescimento do endividamento de famílias e empresas, no aumento do desemprego, na queda da utilização da capacidade instalada e queda na renda da indústria, comércio e agricultura. Em julho de 1995 foi aprovado o fim da desindexação do ajuste salarial, para compensar as perdas do capital produtivo. É assim que o Plano Real desde o seu início aponta para o aprofundamento da superexploração do trabalho, pois, como apontava Marini, a existência de um amplo exército industrial de reserva possibilitou um ainda menor pagamento da força de trabalho. Ao mesmo tempo a queda na utilização da capacidade instalada, somada ao aumento do desemprego, apontam para uma saída não baseada no aumento da produtividade através da incorporação de tecnologias, mas sim de uma maior exploração da força de trabalho.

Com a estabilidade garantida a taxas de juro passou a cair lentamente. Entramos aí no terceiro período apontado por Filgueiras, onde, em um cenário de eleições municipais, o governo aumenta relativamente seus gastos e começa a propagandar a retomada do crescimento. Porém, “bastou se acelerar o ritmo das atividades, a partir do segundo semestre de 1996, para que os déficits da balança comercial retornassem de forma vigorosa (FILGUEIRAS, 2000, p. 135)”. Somam-se a isso os impactos sofridos pela crise na Ásia e posteriormente na Rússia.

A resposta do governo para as duas crises internacionais foi mais uma vez a elevação da taxa de juros e cortes nos gastos públicos. Porém somaram-se outras medidas que viriam a consolidar o pacto de classes do plano real. Entre elas: a adoção de metas obrigatórias para o superavit primário, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e uma política de ampliação na arrecadação do governo federal. De modo geral as ações imediatas tinham objetivos

semelhantes as políticas anteriores, porém a diferença estrutural se deu a partir do acordo com o FMI.

Os objetivos dessa política, mais uma vez, foram os mesmos de sempre: de um lado, conseguir superávits primários nas contas públicas e, de outro, reduzir o nível de atividade econômica, buscando uma redução dos déficits na balança comercial, através da diminuição das importações e do incitamento às exportações. Tudo isso para tentar demonstrar ao capital financeiro internacional a capacidade do país para pagar as suas dívidas externa e interna. (FILGUEIRAS, 2000, p. 140).

4.1.2. Ameaça de crise cambial e a incorporação da classe exportadora

O processo de implementação do Plano Real ocorrido até então, havia conquistado seus objetivos reais: “derrubou a inflação, avançou no processo de privatizações, realizou a abertura da economia e derrotou os sindicatos”. Era ainda necessário uma segunda geração de reformas que deveriam “ter como objetivo manutenção da estabilidade macroeconômica por meio de bancos centrais de fato independentes, da imposição de restrições orçamentárias aos governos estaduais e da criação de um funcionalismo público moderno” (OURIQUES, 1997a, p. 129). Ainda era necessário resolver o impasse na política econômica do governo, que dependia do câmbio valorizado, mas exigia uma política de juros elevados para tentar evitar o déficit na balança de pagamentos, mas levariam a uma crise inevitável na economia brasileira. Em 1997 Nildo Ouriques já apontava essa contradição:

... as contradições inerentes ao “êxito de curto prazo do plano” no que diz respeito ao controle momentâneo da inflação levam, inevitavelmente, a sua crise no médio ou longo prazos. Esta crise manifesta-se sob a forma de uma brusca desvalorização da moeda, motivada pelo baixo crescimento da competitividade industrial do país e dos elevados deficit comerciais. Outro fator de pressão decisivo é o aumento do sistema de dívidas – interna e externa -, consequência natural da estratégia implantada que conspira contra a estabilidade da moeda na medida em que aprofunda a crise financeira do Estado, que é impossível de ser controlada por maior que seja a disciplina fiscal imposta. (OURIQUES, 1997a, p. 94).

Quando a situação das contas externas se tornaram insustentáveis, o governo teve que apelar para um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em dezembro de 1998. Esse acordo não foi uma simples vontade do governo brasileiro, mas também atendia aos interesses do capital financeiro internacional, tendo em vista que a situação econômica brasileira se agravava no sentido de desembocar em uma moratória.

Em suma, a perda de mais de US\$30 bilhões das reservas do país, que diminuíram de US\$ 70 bilhões para algo em torno de US\$ 40 bilhões em três meses, a partir da crise da Rússia, mais a necessidade de, aproximadamente, US\$ 60 bilhões para fechar as contas externas no ano de 1999 e o crescimento do déficit público e em transações correntes no balanço de pagamentos explicitaram uma trajetória explosiva da economia, com a virtual incapacidade do país de cumprir seus compromissos internacionais e manter o Plano Real com as características e contradições aqui mencionadas. (FILGUEIRAS, 2000, p. 142).

Nesse acordo estabelecido com o FMI, o país recebeu uma quantia de US\$ 41,5 bilhões. Em contrapartida o país precisou prosseguir com a abertura econômica, desvalorizar o Real, acelerar as privatizações, estabelecer metas de superavit primário e controle do déficit nominal. Apesar de recomendar a desvalorização gradual da moeda o dólar passou no mês de janeiro de 1999 de R\$1,20 para quase R\$2,00. Comprovando mais uma vez a relação de submissão da política econômica aos organismos internacionais, característica intrínseca a situação de dependência da economia brasileira.

O resultado desta política foi em primeiro lugar a consolidação da hegemonia do capital financeiro internacional sobre o pacto estabelecido na economia brasileira. Mas também conseguiu acomodar dentro do pacto os setores exportadores e refletiu em uma maior estagnação da economia brasileira e no aumento do desemprego.

Após a desvalorização da moeda nacional, em janeiro de 1999, o déficit comercial começou a diminuir, porém só apresentou resultado positivo no ano de 2001. Já o déficit na balança de serviços sofreu uma redução marginal após 1998, permanecendo em níveis elevados. Assim, o déficit em conta corrente, que é o maior indicador da vulnerabilidade externa brasileira, sofreu uma redução após a desvalorização do real, mas o montante de US\$ 23,2 bilhões apresentado em 2001 mostra que a economia brasileira continua extremamente dependente dos fluxos financeiros internacionais. Desta forma, a desvalorização do Real inverteu a curva dos déficits externos

crescente, mas não foi suficiente para afastar o perigo do estrangulamento externo da economia brasileira. (ALVES,2002, pag. 281)

Em 1994, o PIB cresceu 5,9% e, nos sete anos seguintes, cresceu numa média anual de cerca de 2,5%. Como a população estava crescendo em torno de 1,6% ao ano nesse período, o crescimento da renda per capita brasileira, no período, ficou abaixo de um por cento ao ano.(...) O desemprego medido pelo Dieese passou de 14,2% em 1994 para 18,3% em 1998 e 17,5% em 2001. (ALVES,2002, pag. 282)

4.2. LULA, UMA SAÍDA MELHOR PARA A BURGUESIA.

Tal cenário apontou uma limitação na manutenção do pacto pela condução do governo FHC e os partidos aliados. Porém, longe de representar uma ruptura, a aproximação do PT e de Lula a setores empresariais e posteriormente o compromisso de manutenção do programa econômico, representado na carta aos brasileiros, se demonstrou uma melhor saída as classes dominantes do que a candidato de continuidade pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), José Serra.

Hay que entender el cansancio social del plan de estabilización de FHC. Con efecto, sin la caída sostenida de los salarios y la política fiscal ultra regresiva que suponía fuerte reducción del gasto social, no se puede explicar la posterior victoria de Lula que se presentó como el candidato capaz de superar el “neoliberalismo”.

Pero Lula no condujo a la ruptura con la política económica de FHC. De hecho, las clases dominantes afirmaron la sabiduría del presidente-obrero consistió precisamente en mantener las “conquistas del Plan Real” que se organizaba en función de la política fiscal “responsable”, la tasa de câmbio de “equilibrio” y la política de tasas de interés hacia la baja. (OURIQUES, 2013, p. 3)

Da mesma forma, Filgueiras e Gonçalves consideram o governo Lula como a consolidação de um modelo que se inicia com o Plano Real, mas sofre alterações com a crise cambial em 1999:

A implementação do Plano Real, lançado em 1994, cumpriu papel decisivo no processo de aprofundamento e consolidação do modelo liberal periférico, que veio a assumir sua forma mais acabada no governo Lula a partir de

2003. No entanto, a política econômica e a dinâmica macroeconômica – expressões mais aparentes e imediatas do modelo – não se mantiveram exatamente as mesmas ao longo de todo o período.

Mais especificamente, a partir do Plano Real, pode-se traçar uma linha divisória que distingue dois momentos na evolução do modelo, tendo por referência um acontecimento bem preciso: a crise cambial deflagrada em janeiro de 1999, logo no início do segundo governo Cardoso. Esse fato determinou a mudança da política econômica e ajustes do modelo, com implicações importantes para a dinâmica macroeconômica do país.

Analisar a política econômica do governo Lula, a partir dessa percepção, significa distinguir, de um lado o primeiro governo Cardoso (1995-1998), que é o período mais duro de implantação e aprofundamento do novo modelo, no qual a dominância do capital financeiro, no interior do bloco de poder dominante, pode ser qualificada como incontestada e estrita. E, de outro, o segundo governo Cardoso (1999-2002) e o governo Lula (2003-2006), no qual a hegemonia do capital financeiro persiste, mas com maior acomodação dos interesses de outras frações do capital participantes do bloco de poder, especialmente os segmentos exportadores (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 96)

Ainda que Filgueiras e Gonçalves nos apresentem afirmações sobre a continuidade da política econômica do governo FHC no governo Lula, das quais concordamos, aqui algumas ponderações são necessárias para que seja possível manter o rigor em relação ao referencial teórico deste trabalho. A caracterização da economia brasileira como uma adoção de um modelo liberal periférico erra ao se centrar apenas na análise de fatores econômicos e não na estrutura econômica da economia brasileira e da divisão internacional do trabalho. Assim pecam ao se refugiar em elementos presentes na aparência e não desvendar a realidade. Não é na simples adoção de um modelo por parte dos governos brasileiros que as políticas econômicas são adotadas. Estas são resultado de uma relação estrutural da dependência brasileira que levam as classes dominantes de nosso país e os governos que representam seus interesses a adotarem tal política. Mas ao demonstrarem os fenômenos que refletem as alterações na realidade nos dão subsídio para identificar e demonstrar a estrutura econômica e as relações de classe que levam a elas.

Desse modo a diferenciação que apresentam entre os dois momentos do que chamam de modelo, são a expressão de alterações no pacto de classes, onde, como os próprios autores apontam, no segundo momento a acomodação dos setores exportadores no pacto de classe de forma mais estável e lucrativa para eles.

Antes de analisarmos a política econômica do governo Lula e como se estruturou a continuidade do pacto estabelecido é importante entender a mudança que ocorreu com o PT antes de assumir o governo.

4.2.1. A mudança no programa econômico do PT

Apesar de o PT passar por um processo crescente de moderação desde sua fundação, existem quatro momentos no período pré e pós eleições presidenciais de 2002 que explicitam essa mudança na política econômica defendida pelo PT (NETO, 2003).

O primeiro refere-se ao programa aprovado no XII Encontro Nacional do PT que ocorreu em 2001, que estabeleceu diretrizes para um programa de governos do PT.

A concepção econômica de conjunto dessas Diretrizes pode talvez ser chamada de “social-desenvolvimentista”. Combina uma retomada das propostas desenvolvimentistas com uma maior preocupação com a distribuição de renda e principalmente com a defesa uma maior participação dos trabalhadores e do povo na direção do processo, bem como com uma maior ênfase no caráter nacional do projeto de desenvolvimento. Aponta, além disso, a necessidade de “ruptura global” com o modelo existente, como vimos. Assim, embora sua formulação seja mais moderada do que o “programa democrático e popular” tradicional do PT, essa concepção pode legitimamente ser considerada como uma versão desse programa- como aliás é sugerido na sua frase inicial: “A implementação de nosso programa de governo para o Brasil, de caráter democrático e popular...” (*Concepção e Diretrizes do programa de Governo do PT para o Brasil*, dezembro de 2001, §1, p.15) (NETO, 2003, p.182)

Nessas diretrizes o PT defende, entre outros temas, um rompimento com o pacto conservador que domina o país e a elaboração de políticas para reduzir a dependência e vulnerabilidade externa. Assim criticam duramente a política econômica de FHC no que tange a dependência de capital externo; a abertura comercial; o deficit na balança de serviços e o saldo comercial e a dívida externa, prometendo denunciar política e juridicamente os acordos com o Fundo Monetário Internacional.

O segundo momento ocorre com a divulgação da *Carta aos Brasileiros* de Lula e a aprovação no Diretório Nacional do PT do programa de Governo 2002 da coligação Lula Presidente, Um Brasil para Todos. Nesse momento, apesar de afirmar uma continuidade da política econômica de FHC para acalmar o mercado, o PT trata isso como uma política transitória para as reais mudanças que prometia.

O terceiro momento refere-se aos primeiros meses de gestão do governo Lula, onde as políticas econômicas do governo anterior foram mantidas, sem sinais de alteração ou de transição para outro modelo. Essa situação era explicitada pelos discursos dos ministros da área econômica que não apontavam que essa política iria se alterar.

O quarto momento se dá com a consolidação de que essa definitivamente seria a política econômica adotada pelo PT, através do Plano Plurianual 2004-2007.

Tais momentos são importantes para entendermos como o processo gradual de adaptação do PT a política econômica imposta pelas classes dominantes, levou a muitos economistas, intelectuais, militantes e movimentos sociais que se reivindicam de esquerda, aceitassem essas mudanças como naturais e necessárias, culpando uma **suposta** “herança maldita” vinda do governo FHC e impossível de ser alterada.

5. O PT NO PODER E A CONSOLIDAÇÃO DO PACTO

5.1. A CONJUNTURA INTERNACIONAL FAVORÁVEL

A diferença conjuntural no início do governo Lula em relação ao final do governo FHC possibilitou, mesmo mantendo a mesma política econômica, se obtivesse resultados melhores, em especial na balança comercial. O principal elemento que levou a isso foi a conjuntura internacional favorável:

O crescimento dos fluxos comerciais tem possibilitado, aos países, em desenvolvimento em geral, e ao Brasil em particular, expandir suas exportações e obter elevados superávits nas suas respectivas balanças comerciais. Ocorre um fenômeno generalizado de redução dos déficits ou mesmo obtenção de superávits nas contas de transações correntes.

Assim, a melhora na situação das contas externas permitiu que a mesma política ortodoxa, que vinha sendo adotada desde 1999, tivesse resultados macroeconômicos melhores a partir de 2003, usando-se como referência sua própria lógica e seus objetivos anunciados e, de fato, perseguidos. Sem dúvida, a evolução das contas externas do país evidencia que o período mais recente (2003-2006) tem se caracterizado por melhora dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira e, por consequência, menor instabilidade macroeconômica (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 99).

Alguns dados, levantados por Filgueiras e Gonçalves (2007) demonstram essa conjuntura internacional favorável:

- A taxa média de crescimento da renda real mundial entre 2003-2006 foi de 4,9%, acima da média histórica (1890-2006) que foi de 3,2%;
- Tanto o nível de investimento como a taxa de crescimento do PIB mundiais apresentaram trajetórias crescentes no primeiro governo Lula, ao contrário dos últimos anos do governo FHC. Isso também significou um crescimento do investimento estrangeiro direto nesse período. Um dos grandes influenciadores desse crescimento foi a ampliação do desenvolvimento tecnológico a partir das indústrias de informática e telecomunicações;

- Houve um crescimento do volume de exportações e dos preços no comercial mundial no período 2002-2006, em especial das commodities;
- O déficit nas contas externas e o déficit das contas públicas dos Estados Unidos gerou um excesso de dólares na economia mundial. Assim as reservas internacionais cresceram nesse período;
- Os países, ditos, em desenvolvimento se favoreceram da conjuntura financeira internacional, melhorando seus indicadores em relação a vulnerabilidade externa. O saldo da conta corrente do balanço de pagamentos desses países aumentou de US\$77 bilhões em 2002 para US\$544 bilhões em 2006. Somam-se a isso um processo de melhoria dos indicadores relativos desses países. A relação entre as reservas internacionais e as importações de bens e serviços aumenta de 55,3% em 2002 para 71,4% em 2006 e a relação entre a dívida externa e a exportação de bens e serviços reduziu-se de 119% em 2002 para 67% em 2006.

Uma análise mais profunda sobre a conjuntura internacional seria pertinente para ter uma compreensão totalizante do cenário mundial no início do governo Lula. Porém, para os objetivos deste trabalho, os dados apresentados são suficientes para apontar que havia uma conjuntura favorável para a estabilidade econômica e a melhoria da situação na balança comercial. Assim, diferente do que foi defendido pelos economistas ligados ao governo, não foram alterações na política macroeconômica que levaram a melhores desempenhos da economia brasileira (desempenhos estes sob padrões dentro dos objetivos estabelecidos pelo Plano Real), mas sim a conjuntura econômica favorável. A política macroeconômica pouco se alterou em relação ao governo anterior, tendo como seu instrumento principal a taxa de juros.

Desde o Plano Real, a taxa de juros constitui uma espécie de variável-síntese para compreensão do país. Ela é, ao mesmo tempo, a expressão mais aparente – “a ponta do iceberg” – da natureza financista do atual bloco de poder dominante e o elemento central mais imediato de explicação dos principais problemas macroeconômicos. Dentre estes problemas, vale destacar: as baixas taxas de crescimento do PIB e sua elevada volatilidade; a grande concentração de riqueza e renda; o elevado grau de pobreza da população; a enorme dívida pública (de curto prazo) comparada ao PIB e a reduzidíssima capacidade de investimento do Estado; o tipo precário de inserção internacional do país e, por decorrência, a sua grande vulnerabilidade externa estrutural.

Esses problemas, estreitamente relacionados entre si – alimentando-se reciprocamente -, têm em suas respectivas origens, como uma espécie de denominador comum, o modelo econômico que vem sendo consolidado há doze anos e, mais particularmente, a política macroeconômica adotada a partir de 1999. Tal política envolve a combinação de três elementos: metas de inflação como o único objetivo da política monetária; ajuste fiscal permanente como elemento central da política fiscal; e regime de câmbio flutuante, definido essencialmente pelo mercado, que tem resultado em forte apreciação cambial.

Nesse contexto, a alta taxa de juros constitui o principal instrumento de política macroeconômica, condicionando decisivamente as políticas fiscal e cambial, bem como os seus resultados. Expressão da abertura econômico-financeira passiva e desregulada, a política monetária restritiva sobrecarrega a dívida pública e impõe a necessidade de um ajuste fiscal permanente. Ademais, a restrição monetária dificulta a inserção comercial internacional mais ativa do país, pois desestimula o investimento e a inovação (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 100).

O governo Lula não apenas não rompeu com o pacto de classes estabelecido como o aprofundou na perspectiva da política econômica através da elevação da taxa de juros e do aumento dos superávits fiscais primários. A real alteração na política econômica no governo petista se deu pela possibilidade de retomar a valorização do Real como mecanismo de controle da inflação, como ocorria no primeiro governo FHC, ainda que em níveis menos intensos para não prejudicar os interesses dos setores exportadores. Ainda que tal mecanismo nunca tivesse sido descartado pelo governo anterior, as crises cambiais no segundo mandato de FHC haviam feito o real se desvalorizar.

Tal mecanismo de apreciação do câmbio foi possível graças ao cenário internacional e as altas taxas de juros que possibilitaram a entrada de um grande fluxo de capitais de curto prazo. O cenário internacional possibilitou uma melhoria na balança comercial puxada pela “desvalorização cambial de 2002, o crescimento das economias americana e chinesa, que puxaram o comercial mundial, a recuperação da Argentina e a disparada dos preços das *commodities* (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 102)”. Essa melhoria na balança comercial foi acompanhada por um aumento dos déficits na balança de serviços e rendas, puxado por um crescimento das remessas de lucros e dividendos.

Esse cenário possibilitou ao governo, sem deixar de atender os interesses dos setores exportadores, valorizar o Real como um mecanismo, somado a alta taxa de juros, para reduzir tanto as metas quanto os índices de inflação entre 2003 e 2006. As metas caíram de 8,5% em 2003 para 4,5% em 2006 e o IPCA caiu de 9,3% em 2003 para 3,1% em 2006. Dessa forma o

governo Lula estabelece uma política de controle da inflação mais ortodoxa que os próprios formuladores do Plano Real.

O governo Lula, com a mesma política econômica do governo anterior e sem mudar a natureza passiva da inserção internacional do país, mas com uma conjuntura internacional muito favorável, tem se beneficiado de resultados expressivos na balança comercial – apesar de haver forte apreciação cambial. Esta circunstância, em que pese o desempenho interno medíocre, tem lhe possibilitado manter intocável o modelo econômico, nas suas características fundamentais. Além disso, lhe permite, também, administrar mais facilmente eventuais contradições no interior do bloco de poder e defender, agora abertamente, a política econômica que estava desacreditada no final do segundo governo Cardoso (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 104).

5.2. O PLANO REAL NOS GOVERNOS PETISTAS.

Os resultados gerais dessa política econômica já foram expressos quando analisamos o governo FHC, mas é importante aqui analisarmos dentro dessa nova conjuntura.

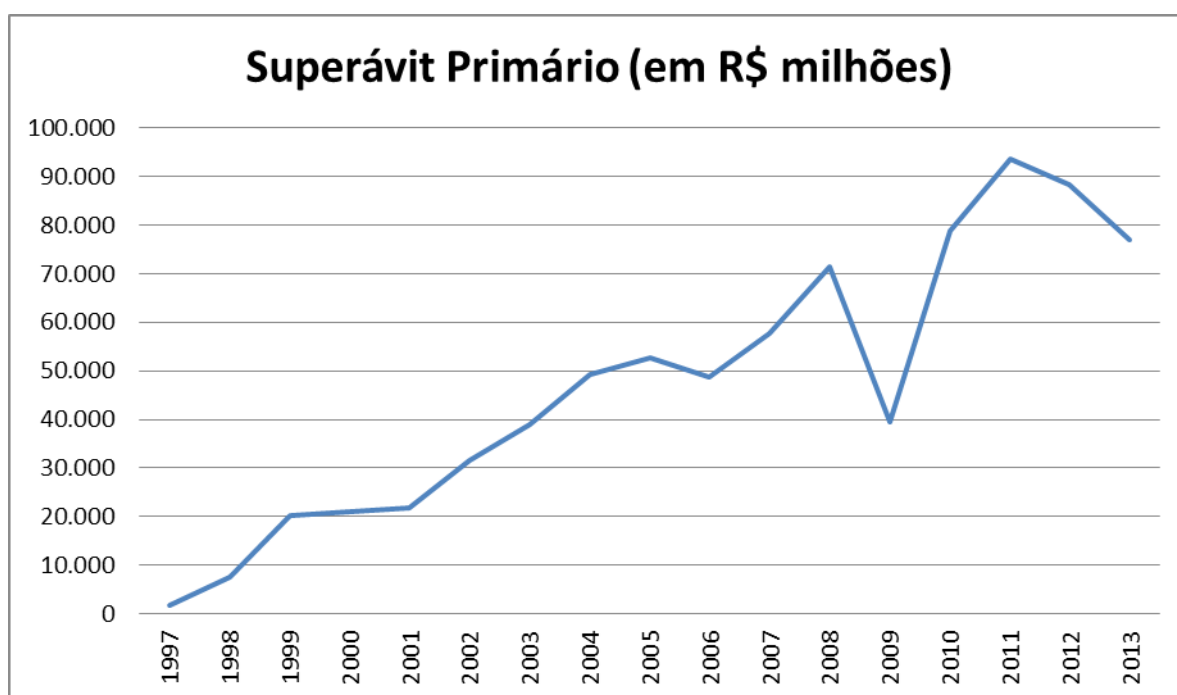
Essa política econômica é determinada pela dominância da lógica financeira nos âmbitos político, econômico e social. Ela implica a quase estagnação da renda *per capita* e do mercado interno. Ademais, a política econômica de Lula monta a armadilha da vulnerabilidade externa estrutural e do atraso no médio e longo prazos: a perpetuação da inserção internacional do país, apoiada, essencialmente, em commodities e produtos industriais com baixo e médio-baixo conteúdo tecnológico, intensivos em trabalho e recursos naturais. Esse processo mantém o país em situação de grande vulnerabilidade em relação aos ciclos do comércio internacional.

No curto prazo, a apreciação do real decorre da manutenção de grande diferencial entre as taxas de juros interna e externa. No entanto, a apreciação cambial tem como contrapartida a elevação das importações e a redução da competitividade das exportações. Essa perda de competitividade internacional ainda não se explicitou claramente nas contas do balanço de pagamentos por causa da conjuntura favorável do comércio internacional.

A elevada taxa de juros, além de impulsionar o círculo vicioso que justifica o permanente ajuste fiscal e provocar a quase estagnação do mercado interno torna extremamente difícil, senão impossível, a transição para um outro tipo de inserção internacional – apoiada em produtos de maior conteúdo tecnológico e com demanda em expansão no mercado mundial. Em sentido contrário, a pauta de importações concentrada em produtos de média e alta tecnologia, além da ausência de uma polícia industrial ativa, agrava ainda mais a situação (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 104).

Dentre as afirmações desses autores algumas ponderações são necessárias. A primeira é que a situação na balança de pagamentos já tem apresentado alterações, reflexo dos apontamentos feitos por eles em 2007. A segunda é que a impossibilidade de uma transição para um outro tipo de inserção internacional com produtos de maior conteúdo tecnológico é estrutural, dentro da divisão internacional do trabalho, para uma economia dependente como a brasileira. A burguesia brasileira não se pretende como produtora de bens de alta densidade tecnológica. Alguma alteração dessa situação só é possível com o rompimento do modelo de capitalismo dependente e não apenas na alteração da política econômica.

Outro eixo da política macroeconômica, o ajuste fiscal, se caracterizou pelos grandes superávits primários para pagar os juros da dívida.



Fonte: Elaboração Própria. Banco de dados IPEADATA.

Os dados evidenciam um crescente aumento do superavit primário até 2011, demonstrando que a situação econômica favorável tem feito o governo economizar grande parte do que estava previsto para gastos sociais em reservas para o pagamento da dívida pública. Soma-se a isso a grande parcela do orçamento já destinada aos juros e amortização da dívida que deve consumir em 2014 mais de 1 trilhão de reais, o equivalente a 42,42% do orçamento federal.

A política de metas de superavit primário foi acompanhada a partir do primeiro governo Lula por uma alteração da política de endividamento externo para endividamento interno. Assim a dívida líquida interna que era de 660,5 bilhões de reais em 2002, passou para 1,158 trilhões em 2006 e 2,341 trilhões em 2013. Enquanto isso a dívida externa líquida caiu de 231,7 bilhões de reais em 2002 para -27,8 bilhões em 2006 e -714,7 bilhões em 2013 (Dados Ipeadata). Essa redução na dívida externa líquida se deu apenas pelo aumento das reservas cambiais, resultado do cenário internacional favorável. A dívida externa bruta brasileira continuou crescendo desde então, chegando a 485 bilhões de dólares ao final de 2013 enquanto a dívida interna bruta chegou a 2,986 trilhões de reais.

Essa política econômica adotada no primeiro mandato do governo Lula, que nada mais é do que a continuidade do governo anterior, manteve suas diretrizes gerais durante o seu segundo mandato e no início do governo Dilma, ou seja, sobrevalorização do real, metas de superavit primário, metas de inflação, altas taxas de juros e a situação estável na balança de pagamentos graças ao cenário internacional favorável, em especial ao crescimento chinês e os elevados preços dos produtos vinculados ao setor exportador brasileiro.

5.2.1. A histeria moderada da burguesia industrial

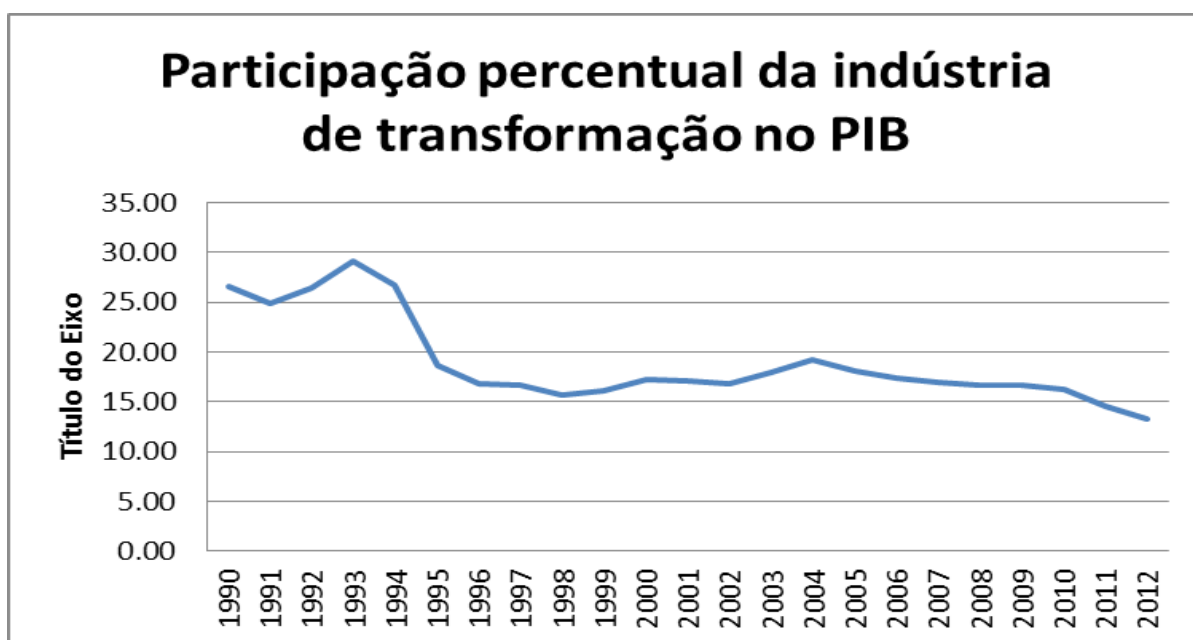
O aprofundamento desse modelo tem gerado nos últimos anos um incomodo em um dos setores do bloco dominante, a burguesia industrial. Estes denunciam algo que chamam de processo de desindustrialização do país.

El Instituto de Estudios de Desenvolvimento Industrial (IEDI), importante órgano de la burguesía industrial del país reclama que el saldo positivo esconde el hecho de que los déficits con productos de alta e media densidad tecnológica son elevadísimos! El deficit de la balanza comercial para el sector en 2012 (50,6 mil millones de dólares) fue aun más elevado que en 2011 (48,7 mil millones de dólares). Hace diez años, revela el estudio, el superavit brasileño era de 7 mil millones de dólares en este renglón. Los sectores responsables por este radical cambio son los equipos eléctricos y mecánicos, productos químicos y transporte. La adquisición de máquinas y equipos responde por 78,1% de la innovación de las empresas mientras para la investigación y desarrollo (I&D) apenas el 15%.

Además, si el IEDI denuncia la grave situación de la burguesía industrial en general, la ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) lo hace de manera aún más vehemente. Según el presidente de la entidad en discurso dirigido hacia la presidente Dilma, este sector nunca estuvo tan amenazado como lo está ahora: en 2012, se perdió más de

5.000 empleos, la producción física cayó 2.5% y la tasa de inversión no supera los 19% hace más de 18 años. Para el representante del sector, “todo es consecuencia de una política económica basada en un alianza del mal: tasa de cambio, tasas de interés y tributos”. (OURIQUES, 2013, p. 3)

Tal inquietação da burguesia industrial brasileira é resultado de um processo de aprofundamento da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho a partir do pacto estabelecido com o Plano Real, ou seja, o Brasil assumir seu papel de exportador de produtos agrícolas e minerais. Tal situação fica explícita ao observarmos a diminuição do setor industrial na participação do PIB desde o início do Plano Real assim como a composição da pauta de exportações brasileira.



Fonte: Banco de dados Ipeadata

Segundo os dados do Banco Central, em 2010 os principais produtos de exportação brasileira foram: 1º - Minério de ferro e seus concentrados (14,33%); 2º - Soja mesmo triturada (5,47%); 3º - Açúcar de cana em bruto (4,61%); 4º - Carne e miúdos de frango congelado, frescos ou refrigerados (2,87%); 5º - Café cru em grão (2,57%).

É um erro afirmar que o país realmente passa por um processo de desindustrialização. Para tal seria necessário que o país tivesse realmente uma indústria nacional consolidada e tecnologicamente desenvolvida. Os formuladores do Plano Real afirmavam que esse seria um papel do plano, sendo que os dados demonstram um efeito totalmente contrário. Não é objetivo desse trabalho aprofundar a análise sobre o processo de industrialização no Brasil,

mas a incoerência da burguesia industrial brasileira e dos economistas ligados ela, de defenderem um pacto estabelecido pelo Plano Real e ao mesmo tempo denunciarem um processo de desindustrialização, demonstra a limitação desse discurso que esconda a questão estrutural do papel do país dentro da divisão internacional do trabalho.

O único papel real que o discurso da desindustrialização tem servido é para pressionar o governo a baixar impostos sobre o setor e outras medidas paliativas que servem para ampliar momentaneamente os lucros da burguesia industrial e da indústria multinacional inserida no país em especial o setor automobilístico. Mas não se apresenta nenhuma política industrial profunda para alteração desse cenário pois dentro do pacto estabelecido não parece haver muitas possibilidades, apenas o discurso de uma maior abertura econômica, ainda usado, com intenção de trazer mais tecnologia através da inserção do capital externo no país, mas que os últimos 20 anos já demonstraram que esse discurso não vai além da ideologia e surte um efeito contrário no setor industrial.

En resumen, la estabilidad del país se logra bajo la profundización de la posición del país en la división internacional del trabajo, es decir, como exportador de productos agrícolas y minerales. Esta es la razón por la cual algunos economistas hablan de “desindustrialización” y proponen todavía más apertura del país para transformarlo en una plataforma de exportación cuyo modelo no es otro que México bajo el TLC. El gobierno no tiene una política industrial capaz de competir con el modelo chino y tampoco capaz de imponer un pacto a las multinacionales, especialmente importante en la industria automovilística. Limitase a medidas compensatorias de carácter fiscal (reducción de impuestos para aumentar consumo de electrodomésticos y coches) y para la los productos de la canasta básica y la reducción ultra moderada de la tasa de interés que sigue siendo la más alta del mundo en la actualidad.

La tasa de cambio sobrevaluada a lo largo del tiempo implica que las distintas fracciones del capital miran el negocio de los bonos de la deuda pública como la única alternativa rentable en el corto plazo. Además, en lugar de nuevas inversiones en el sector, el dólar barato permite importar – especialmente de China – máquinas y equipos necesarios para la “actualización tecnológica”. Así, el país se vuelve importador en un renglón decisivo para el proceso de industrialización aunque los capitalistas obtienen ganancias extraordinarias permitidas por la política cambial. En este contexto, es legítimo hablar que precisamente el sector que debería liderar el avance industrial adquiere cierto carácter de burguesía compradora, es decir, una burguesía que prefiere comprar más barato afuera en lugar de producir en el país. (OURIQUES, 2013, p. 3)

5.3. MELHORIA NA RENDA E COOPTAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Outro fator que sofre alterações nos governos petistas em relação aos governos de FHC, ainda dentro a manutenção do pacto de classe estabelecido, é a relação com as classes exploradas. Essa relação se altera em dois aspectos que permitem uma maior estabilidade e controle das classes dominadas, dando mais tranquilidade e preferencia ao governo petista das classes dominantes. O primeiro é o aprofundamento das políticas de assistência, através do Bolsa Família, que permitem o aumento da renda, além da ampliação da renda da classe média. O segundo é um maior controle dos sindicatos e movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ligados ao PT e partidos da base do governo.

A melhoria no cenário internacional, que resultou em uma melhoria nos resultados da política econômica brasileira, permitiu ao governo Lula em 2003 aprofundar as políticas sociais focalizadas, que se concentraram em programas de transferência de renda. “De fato, essa política tem limites dados pelo modelo de desenvolvimento vigente. Articula-se funcionalmente a ele, como uma espécie de contraface da política macroeconômica ortodoxa baseada em enormes superávits fiscais primários (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 160)”.

Assim fica claro que a aplicação dessa política não significa uma alteração estrutural na política, mas sim uma possibilidade conjuntural de atender a necessidades de alguns setores mais pauperizados. Dentro da execução orçamentária da área social, a aplicação dos recursos no primeiro governo Lula apresentou um crescimento dos gastos na área de assistência social, acompanhado em uma relativa nos gastos com saúde e educação. No primeiro ano do segundo mandato de Lula os gastos sociais começam a aumentar de modo geral, graças a queda da taxa de juros, porém com a crise econômica mundial de 2008, todas essas áreas sofrem quedas relativas em 2008 e 2009, enquanto o gasto com o pagamento da dívida volta a subir. Em 2010, com um cenário internacional um pouco melhor e a conjuntura de ano eleitoral, os gastos nas áreas sociais sobem novamente, assim como em 2011 já no governo Dilma, acompanhados de uma queda nos gastos com encargos sociais. Mas em 2012 a situação na balança de pagamentos leva o governo a reafirmar sua prioridade e novamente os gastos nas áreas sociais voltam a cair.

EXECUÇÃO DESPESAS DO GOVERNO FEDERAL (Principais gastos)

	R\$ milhares					
	2003		2004		2005	
	Despesas liquidadas	%	Despesas liquidadas	%	Despesas liquidadas	%
Assistência Social	8.416.353	1,71	13.863.298	2,55	15.806.089	2,6
Previdência Social	145.477.549	29,49	165.509.440	30,44	188.505.526	31,06
Saúde	27.171.847	5,51	32.972.885	6,06	36.483.266	6,01
Educação	14.224.272	2,88	14.532.927	2,67	16.187.694	2,67
Encargos Especiais	230.998.776	46,82	238.257.243	43,82	257.660.437	42,45

	2006		2007		2008	
	Despesas liquidadas	%	Despesas liquidadas	%	Despesas liquidadas	%
Assistência Social	21.554.575	2,67	24.713.572	2,91	28845211	2,94
Previdência Social	212.965.456	26,39	234.374.635	27,61	258586393	26,36
Saúde	40.577.225	5,03	45.723.015	5,39	50138482	5,11
Educação	19.666.987	2,44	24.353.076	2,87	28250711	2,88
Encargos Especiais	401.714.956	49,79	382.038.672	45	565494393	47,35

	2009		2010		2011		2012
	Despesas liquidadas	%	Despesas liquidadas	%	Despesas liquidadas	%	%*
Assistência Social	33.335.541	2,9	39.112.121	3,46	45570866	3,81	3,74
Previdência Social	291.079.256	25,3	326.550.560	28,86	360039851	30,07	27,49
Saúde	58.148.973	5,05	61.873.700	5,47	72241423	36,03	4,48
Educação	36.679.526	3,19	48.501.832	4,29	58453901	4,88	3,56
Encargos Especiais	553.424.221	48,09	457.364.831	40,42	461770509	38,56	49,75

* Percentual dos gastos até setembro de 2012

Fonte: Dados retirados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – www.tesouro.fazenda.gov.br

Tais alterações demonstram, primeiramente, que os aumentos dos gastos nas áreas que beneficiam as classes exploradas dependem de um cenário favorável. A prioridade do governo é claramente voltada para as classes dominantes. Além disso, a prioridade nas políticas sociais se deu em mecanismos de complementação de renda.

Mais do que o governo Cardoso, que deu início a esse tipo de política, Lula levou a sério a importância política e social dessas despesas, compreendendo sua função amortecedora de tensões sociais no interior do projeto liberal. Este é o objetivo essencial de um programa que não tem capacidade de desarmar os mecanismos estruturais de reprodução da pobreza. Apenas maneja a pobreza, pois mantém em permanente estado de insegurança, indigência e dependência o seu público alvo, permitindo, assim, a sua manipulação política (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 163).

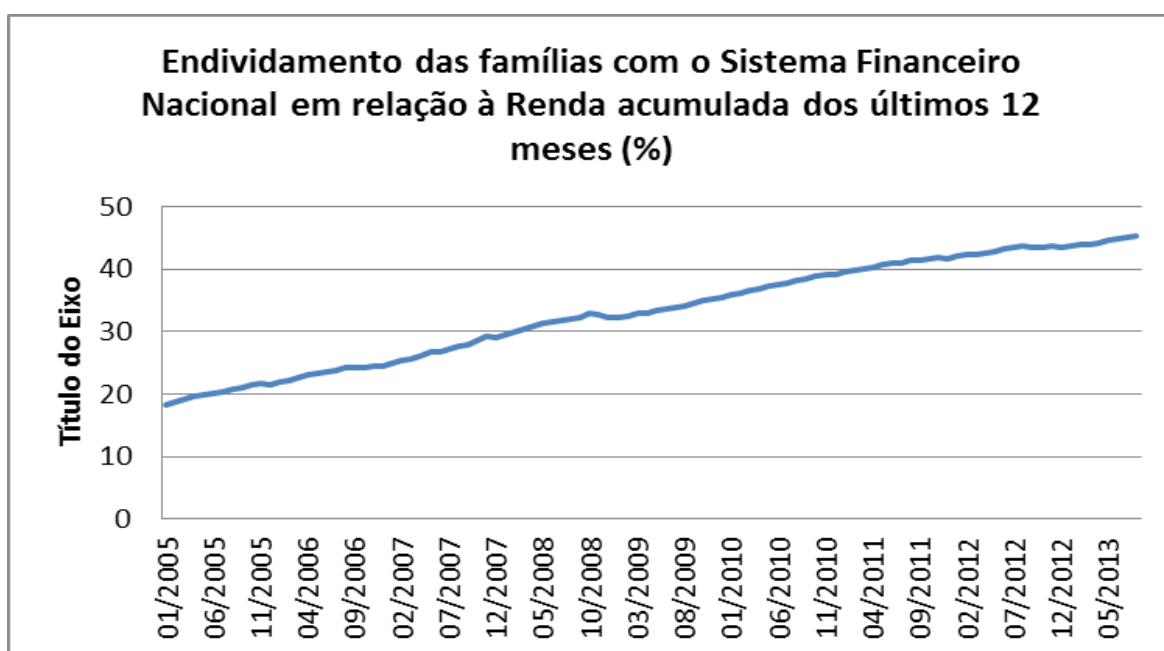
Não negamos com isso a importância de programas sociais, como o Bolsa Família, têm para a subsistência de setores mais excluídos e pauperizados das classes exploradas. Mas apontar sua característica de não alteração estrutural na condição dessas pessoas.

A ampliação da renda da classe trabalhadora se deu também através do aumento dos salários acima da produtividade durante o governo petista. Essa é uma das mudanças que muitos economistas caracterizam a política econômica do governo como novodesenvolvimentista.

Hay otro obstáculo muy importante en la estrategia en curso. Con frecuencia escuchamos que el mercado interno se transformó en la salida a la crisis global del capitalismo inaugurada en 2007/2008. Los neodesarrollistas se olvidaron de algo fundamental en su desmedido optimismo: en donde opera la sobre-explotación de la fuerza de trabajo no puede existir mercado interno fuerte. La respuesta del mercado interno en relación a los aspectos más duros de la crisis existió, pero tendría un efecto positivo limitado. La combinación de política social más o menos amplia y aumentos salariales ligeramente superiores a la productividad (los dos últimos años) resultaría en un periodo de expansión que también fue impulsado por líneas de crédito con interés más bajo para los funcionarios públicos. No obstante, el mercado de trabajo del país está marcado por el hecho de que 76% de la población económicamente activa (PEA) gana hasta 3 salarios mínimos, cuyo valor individual es de R\$ 678,00 reales. Todavía más importante es observar que, según el DIEESE – órgano de investigación de los sindicatos –, esta masa de asalariados que gana hasta 3 salarios mínimos (R\$ 2.034,00) no alcanzan el “salario mínimo necesario” que debería ser de R\$ 2.892,47. Por ello, después de una rápida expansión los niveles de endeudamiento, el bajo nivel de ingreso se reveló un obstáculo insuperable y la tendencia al estancamiento aparece otra vez. (OURIQUES, 2013, p. 4)

Assim, apesar de ter um discurso diferenciado e intenções diferentes, a própria impossibilidade estrutural de não se consolidar um mercado consumidor interno, explicita como o novodesenvolvimentismo é apenas uma nova roupagem de um programa iniciado anteriormente. Outro elemento que demonstra essa limitação é que o crescimento da economia brasileira e, portanto, da renda *per capita* foi limitada, abaixo inclusive do crescimento da renda *per capita* mundial. “No período 2003-2006 a renda *per capita* mundial cresce à taxa média real de 3,7%, enquanto a taxa correspondente do Brasil é de 2,1% (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 125).”

Outro fator importante a se observar é que essa tentativa de mover a economia através do mercado interno, se deu pelo aumento do endividamento das famílias. Assim a parte da renda das famílias brasileiras, comprometida com dívidas, passou em janeiro de 2005 de 18,29% para 44,36% em agosto de 2013. Tal política tem um limite ao ampliar o nível de inadimplência em conjunturas econômicas mais desfavoráveis e deve impactar fortemente em um aprofundamento de uma crise na economia brasileira.



Fonte: Banco Central do Brasil.

O segundo aspecto levantado no início dessa seção sobre o controle dos sindicatos estabelecido a partir do governo Lula, apesar de se aprofundar a partir de então, tem sua gênese na década de 90 a partir dos fundos de pensão. Seu aprofundamento se dá pela relação intrínseca dos sindicatos, em especial os ligados a CUT, e o PT, que sofrem um processo semelhante de burocratização e crise de institucionalidade muito explicitada nas manifestações de junho de 2013.

Os partidos em geral, e o PT em particular, se “estatizam”, acentuando o processo de profissionalização que já vinha ocorrendo muito antes da eleição de Lula. A profissionalização se manifesta no sentido de seus quadros “viverem” da política, ocupando cargos e funções no aparelho de Estado e no próprio partido. O militante ideológico tradicional perde espaço.

Reproduzem-se e renovam-se os traços fundamentais característicos da relação dos setores dominantes com o Estado: o patrimonialismo, o clientelismo e o empreguismo. O resultado é a cooptação política-ideológica e o crescimento da importância de um segmento social específico, que se constituiu e se consolidou durante a década de 1990. A característica maior dos integrantes desse segmento é o fato de serem administradores de fundos públicos e de fundos de pensão de empresas estatais, ao mesmo tempo em que têm forte influência na CUT e no PT, confundindo-se com a burocracia e o corpo de funcionários dessas organizações (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p.189).

O processo de burocratização do movimento sindical mereceria ser tema de estudo próprio mais aprofundado. Mas para os objetivos desse trabalho a compreensão dos elementos gerais desse processo são suficientes para entender o papel que cumpre o governo no controle da classe trabalhadora.

Tal processo de burocratização também se refletiu em outros importantes movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, pela burocratização e cooptação das suas entidades nacionais, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). É importante lembrar que essas entidades tiveram papel importante na última manifestação de massas no país antes de 2013, o Fora Collor. Outro movimento social que sofreu um processo de desmobilização com o governo petista foi o MST. Apesar de não sofrer o mesmo processo de cooptação e burocratização como o movimento sindical, as principais lideranças do MST levaram o movimento a ser um defensor de um governo que não radicalizou nem aprofundou o processo de reforma agrária como reivindicavam, mas é visto por eles como preferível frente a um retorno do PSDB.

5.4. O CENÁRIO ATUAL: POSSIBILIDADE DE CRISE ECONÔMICA E DO PACTO DE CLASSES

Se durante vários anos o cenário internacional favoreceu a estabilidade da economia brasileira e a manutenção do atual modelo, ele já começa a apresentar limitações. O elemento central desse modelo econômico e sua limitação se encontra na dívida, que só pode ser alterado com um rompimento com o atual pacto de classes, algo que passa longe dos interesses das classes dominantes nacionais e estrangeiras.

La perversa combinación de la sobrevaluación cambiaria en el contexto de la pérdida de valor de las exportaciones (muy visible en los minerales) en el mercado mundial, implicará que en breve el gobierno tenga que enfrentar el problema crucial del endeudamiento, especialmente importante en la deuda interna. De hecho, si FHC multiplicó por 10 la deuda interna entre 1994 y 2002 (64 mil millones para 720 mil millones), el gobierno de Lula en aras de mantener la estabilidad y el pacto de clase que organizó Cardoso dobló la apuesta: cuando pasó la banda presidencial para su sucesora Dilma Rouseff la deuda interna de Brasil alcanzó la impensable cifra de 1 trillón y 500 mil millones de reales. En los dos últimos años (gobierno de Dilma) esta deuda siguió creciendo y ubicase actualmente en 2 trillones 823 mil millones, 336 millones de reales!!! La deuda externa alcanzó la cifra de 324 mil millones de dólares! (OURIQUES, 2013, p. 4)

Ouriques ainda conclui:

En definitiva, el modelo es insostenible en el mediano plazo e incluso no podemos excluir la posibilidad de una grave crisis en el corto plazo. La caída de los precios de productos agrícolas y minerales ya es una tendencia que podrá acentuarse aún más en los próximos trimestres y las presiones en el sentido de elevar la tasa de interés siguen siendo muy fuertes por parte del capital financiero y de todos los tenedores de bonos, incluso los fondos de pensión de parte de los trabajadores (3 millones de personas) que pretenden garantizar su futuro con la elevación de la deuda pública. Los sistemáticos déficits de la cuenta de cuenta corriente han sido compensados con ingreso de capitales (en general por la elevación de la tasa de interés) y nuevo proceso de privatizaciones en curso en este momento (puertos, carreteras y aeropuertos). En contra de la fuerza de las distintas fracciones del capital, no queda duda que el monto de las reservas siempre anunciadas como inéditas (370 mil millones) será incapaz de neutralizar la voracidad del capital. El país sigue prisionero del pacto de 1994 y la decisión de Lula en no romper con el modelo de FHC solamente profundizó sus rasgos más nocivos sin construir una real alternativa para el país. (OURIQUES, 2013, p. 5)

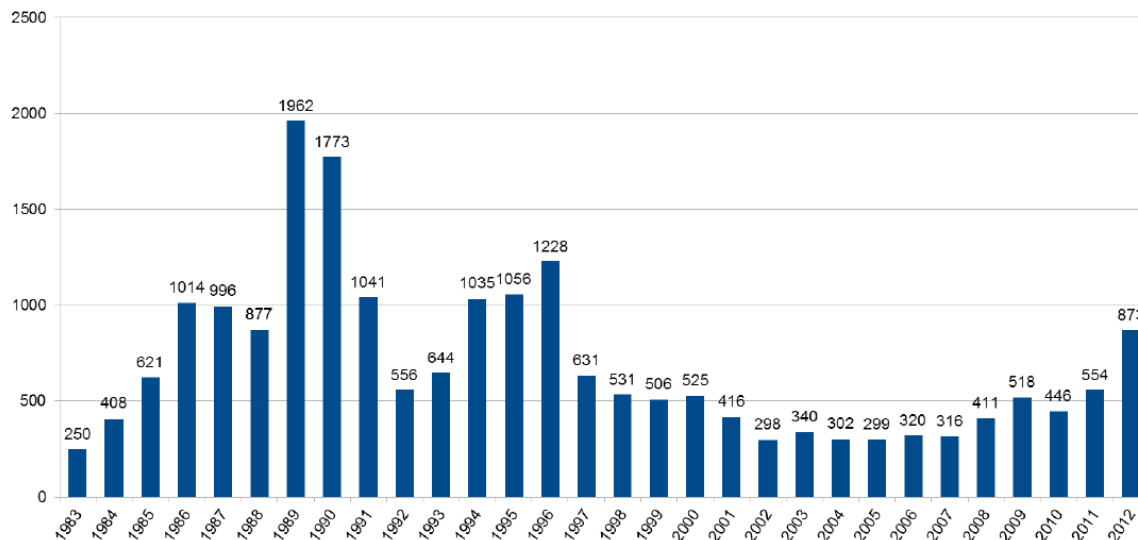
Assim, os elementos que permitiram um longo período de estabilidade e de complementação de renda das classes médias e populares, começam a desaparecer. Tanto a queda nos preços dos produtos agrícolas e minerais, como a diminuição no ritmo de crescimento da China rompem o cenário internacional favorável a economia brasileira e resultam em déficits na conta corrente. Assim o governo se vê forçado, por um lado, a desvalorizar de forma limitada o real para atender aos interesses dos exportadores, ao mesmo tempo que reforça as políticas clássicas de atração do capital internacional: aumento da taxa

de juros e privatizações. A taxa de juros significam aumento da dívida e portanto impossibilidade de atender aos interesses das classes exploradas. Enquanto as privatizações recentemente se estenderam para a grande riqueza natural descoberta no país nos últimos anos, o pré-sal, iniciando com a privatização do campo de Libra.

Tais ações podem surtir dois efeitos. Em primeiro lugar, já tem se demonstradas limitadas para segurar os deficits na balança de pagamentos. Em setembro de 2013 a balança comercial apresentou um deficit de U\$ 1,2 bilhão, puxado pela má situação da balança comercial que costumava segurar em parte o deficit na balança de serviços devido a remessa de lucros. No ano balança de pagamentos apresenta um superavit acumulado de U\$ 2,3 bilhões, muito abaixo dos quase U\$ 19 bilhões de 2012. A balança comercial apresenta um saldo negativo acumulado de U\$ 1,6 bilhão. (Dados até o mês de setembro de 2013 retirados do site www.bcb.gov.br). Assim, o atual modelo da economia brasileira, tende a enfrentar uma crise no curto prazo, se não ocorrer uma alteração significativa na conjuntura internacional. Isso tende a significar, para não quebrar com o atual pacto estabelecido, que a conta sobrar para o lado mais fraco, ou seja as classes exploradas, através de um ajuste fiscal maior ainda, cortando os gastos sociais e o aumento da exploração da força de trabalho.

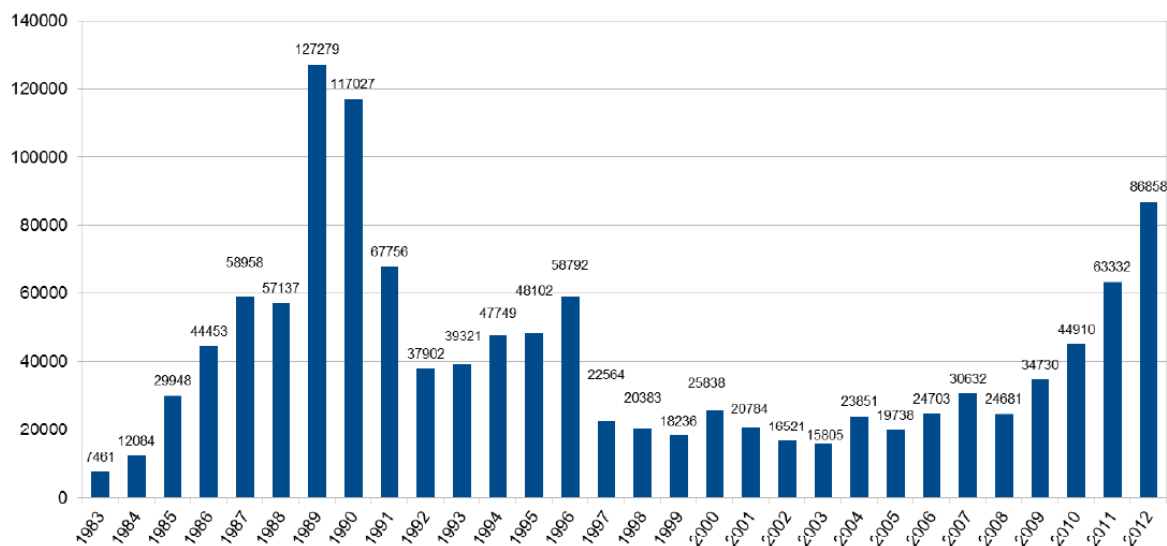
Se tal cenário acontecer, a capacidade das classes dominantes impedirem um clima de instabilidade no país e de acirramento da luta de classes está mais limitada que em períodos anteriores. O medo da inflação não ronda mais com tanta força a população, apesar dos discursos dos setores de oposição a direita do governo, não tendo a mesma capacidade de exigir sacrifícios da classe trabalhadora tendo como justificativa esse controle. A crise de negação das instituições, que se explicitou nas manifestações de junho do ano passado e o aumento do número de greves nos últimos anos (gráficos abaixo) demonstram a impossibilidade do PT, como fazia anteriormente, conseguir controlar o movimento de massas através dos sindicatos, ainda que as pesquisas eleitorais ainda apontem a continuidade do governo Dilma como a possibilidade mais aceita pela maioria dos brasileiros. Porém a esquerda também não demonstra capacidade organizativa e de intervenção para impulsionar esse movimento para um rompimento com o pacto de classes estabelecido.

GRÁFICO 1
Total Anual de Greves
Brasil - 1983 a 2012



Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

GRÁFICO 2
Total Anual de Horas Paradas
Brasil -1983 a 2012



Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

6.CONCLUSÕES

Dentre os objetivos definidos para este trabalho, foi possível demonstrar primeiramente que o Plano Real cumpre o papel de aprofundar o caráter de dependência da economia brasileira. A partir do Consenso de Washington e da difusão da ideologia neoliberal, o governo brasileiro elaborou um plano em cujo objetivo existente em sua essência era consolidar um pacto de classes, capaz de garantir a inserção do capital internacional na economia brasileira e subordinar a balança de pagamentos à dependência do capital financeiro e do investimento estrangeiro direto. Assim se possibilitou potencializar um mecanismo de transferência de valor da periferia para o centro através das remessas de lucros. Ou seja, os capitalistas internacionais, na sua face produtiva mas em especial na sua face financeira, garantem sua hegemonia dentro do pacto estabelecido que pode perdurar por muito tempo sem um rompimento com o modo de produção capitalista.

Os mecanismos chaves do modelo estabelecido pelo Plano Real se encontram no intocável pagamento da dívida acompanhado de altas taxas de juros e no câmbio valorizado. Justificados para controlar a inflação e atrair o capital estrangeiro, permitem altos lucros para o capital financeiro e exigem um ajuste fiscal do estado, limitando os gastos sociais. Ao mesmo tempo ampliam a vulnerabilidade externa da economia brasileira, que necessita de um cenário internacional favorável e constante incentivo para a entrada de capital externo para não gerar uma crise na economia.

Ficou demonstrado também que a inflação controlada, apesar desta ser um mecanismo de transferência de renda da classe trabalhadora para a classe dominante, não necessariamente gera um cenário melhor para a classe explorada do que um período de altos índices de inflação. Também se demonstrou que o principal beneficiário do controle da inflação é o capital financeiro.

O pacto de classe do Plano Real consolidou a burguesia produtiva brasileira como sócia menor do capital internacional, tendo como papel a produção de produtos de baixo valor agregado ou associados ao capital estrangeiro investido no Brasil. Da mesma forma os setores exportadores brasileiros conseguiram conquistar uma fatia dentro do pacto estabelecido, através de incentivos as exportações, para compensar os deficits na balança comercial dada ao intercâmbio desigual estrutural da economia latino-americana, como foi demonstrada por André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini.

Além da difusão do discurso ideológico da inflação como o principal mal a ser combatido na economia, outro mecanismo foi utilizado para a cooptação da classe trabalhadora para aderir ao pacto de classes: os fundos de pensão. Controlados pelos principais sindicatos do país e suas lideranças, a possibilidade de ganhos pelo sistema financeiro e na participação nas privatizações impulsionou um processo de burocratização e imobilização dos sindicatos brasileiros.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores a presidência, primeiro pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e depois de Dilma Rousseff, longe de representar alguma mudança ou rompimento do pacto estabelecido, representou sua consolidação. Tendo uma grande influência sob o movimento sindical e os movimentos sociais, o governo petista aprofundou o controle sobre a classe explorada. Corroborou com isso o cenário internacional favorável que possibilitou a aplicação de políticas de complementação de renda das classes mais populares além de ganhos de renda da classe trabalhadora, sem realizar mudanças estruturais nas condições e relações de classe no país.

O cenário atual já indica uma limitação na continuidade do atual modelo no curto e médio prazo, possibilitando um rompimento com o atual pacto de classes estabelecido. A limitação desse modelo se dá por sua vulnerabilidade ao cenário internacional para a manutenção no equilíbrio na balança de pagamentos. Em um cenário desfavorável o lado mais fraco deve pagar a conta, ou seja, as classes exploradas. O rompimento com o atual pacto de classes é possível, a partir do acirramento da contradição de classes, contrapondo os interesses imperialistas, da burguesia nacional e com os setores exportadores.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; FAVERSANI, Fábio. **Análises de conjuntura: Globalização e o segundo governo FHC.** 1ª ed. Ouro Preto: REM, 2002.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Exposição de Motivos Interministerial MF/Seplan/MJ/MPS/MTb/SAF n.205, 30 junho, 1994

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições.** São Paulo: Boitempo, 2000.

FRANCO, Gustavo H. B. **O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda.** 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

FRANK, André Gunder. **Lumpenburoesía: lumpendesarrollo.** 3ª ed. México: Serie popular, 1978a.

_____. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina.** 5ª ed. México: Siglo XXI, 1978b

JARDIM, Maria Chaves. **Fundos de Pensão no Brasil: Novo Ethos Sindical? Colóquio Saber e Poder.** Focus, Unicamp, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao povo brasileiro.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. Dialética da dependência. In.: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). **Ruy Mauro Marini, vida e obra.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **O Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina:** Elementos para uma análise totalizante. 2009. 112 f.. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **O capital. Crítica da economia política,** Volume I, Livro I, O processo de produção do capital. 1ª ed. São Paulo: Nova Cultura. 1996

OURIQUES, Nildo Domingos. A sedução revolucionária e o Plano Real. In.: OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José (Orgs.). **No fio da navalha.** 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1997a.

_____. Plano Real: Estabilização monetária e estratégia recolonizadora. In.: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **A crise brasileira e o governo FHC.** 1ª ed. São Paulo: Xamã, 1997b.

_____. **El consenso regressivo de FHC, Lula y Dilma.** 2013

NETO, João Machado Borges. Da campanha ao governo Lula – uma análise das mudanças no programa econômico do PT. In.: PAULA, João Antonio de (Orgs.). **A economia política da mudança:** Os desafios e os equívocos do início do governo Lula. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Univ. de São Paulo, 2000.